

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

SISTEMA BNDES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES EXERCÍCIO DE 2015

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BNDES relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2015, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2015 foi caracterizado por uma série de fatores que ainda imputam alto grau de incerteza à economia global. As principais economias do mundo se encontram em trajetórias divergentes quanto ao nível de atividade. Com isso, as respostas em termos de política econômica tendem a ser não coordenadas, podendo, no curto prazo, levar a um novo período de desaceleração da economia mundial.

Nos EUA, o início do processo de normalização da política monetária é decorrência de um melhor desempenho da atividade econômica, especialmente da dinâmica do mercado de trabalho. Por outro lado, o ano de 2015 marcou, finalmente, o início do processo de *Quantitative Easing* (afrouxamento monetário) na Zona do Euro por parte do Banco Central Europeu.

Na China, a estratégia de *rebalancing* em seu modelo de crescimento – dos investimentos para o consumo das famílias – associada ao processo gradual de liberalização/internacionalização financeira e ao combate à corrupção, acarretou desaceleração (já esperada) na taxa de expansão da economia para 6,9% em 2015. O menor ritmo de crescimento da China tem implicações importantes para a dinâmica dos preços internacionais das *commodities*, que tiveram forte queda ao longo do ano, afetando, sobretudo, as economias emergentes exportadoras de produtos básicos, dentre as quais, o Brasil.

A desaceleração da China ocorre em um contexto de arrefecimento generalizado das taxas de crescimento das economias emergentes. De acordo com dados do Banco Mundial, em função do ganho de participação dos emergentes ao longo da década de 2000 na economia mundial, uma desaceleração de 1 p.p. no crescimento dos BRICs gera um efeito *spillover* e impacta negativamente a taxa de crescimento dos demais países emergentes em 0,98 p.p., e da economia mundial em 0,4 p.p.

No cenário doméstico, a economia brasileira teve um ano de 2015 bastante difícil. A mudança de orientação na política econômica, seja no campo fiscal ou monetário/creditício, veio acompanhada de choques exógenos (notadamente os efeitos políticos da Operação Lava-Jato sobre o ambiente político), que propagaram incertezas sobre a economia e acabaram minando a confiança dos agentes domésticos.

Nesse sentido, pelo lado da oferta, a atividade industrial continuou, assim como nos últimos anos, a mostrar falta de dinamismo. Problemas estruturais como, por exemplo, a tendência de elevação dos custos de produção e queda da produtividade, associada a fatores conjunturais, a saber, alto volume de estoques, amplo grau de ociosidade, queda da confiança empresarial e fraca demanda, inviabilizam qualquer perspectiva de retomada da produção no curto prazo.

Adicionalmente, em 2015, o quadro pessimista, que se restringia à atividade industrial nos indicadores pelo lado da oferta, também atingiu o setor de serviços e, com maior intensidade, o mercado de trabalho. O *quantum* dos setores de serviços mais ligados a transporte e comercialização vem sendo fortemente afetado pelo baixo dinamismo da demanda doméstica. A taxa de desocupação mostrou não apenas que o desemprego vem aumentando, mas sim que essa dinâmica vem ocorrendo em velocidade crescente, com reflexos ainda mais evidentes no rendimento real dos trabalhadores, que está em contração. A massa salarial real teve contração de 5,0% no acumulado jan-nov de 2015 frente ao mesmo período de 2014. A destruição líquida de empregos formais atingiu mais de 1,5 milhões de postos em 2015, com destaque para o setor industrial, que sozinho, respondeu pela destruição de mais de 600 mil postos de trabalho.

Pelo lado da demanda, os problemas associados ao investimento – queda da produção de bens de capital e dos insumos típicos da construção civil – ainda persistem. No acumulado de 2015 com dados até novembro, a produção de bens de capital teve queda de 25,0% frente ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho ruim é liderado pelo segmento de bens de capital de equipamentos de transporte, cuja retração é ainda mais acentuada, atingindo 30,6% no mesmo período.

A novidade de 2015 fica por conta dos efeitos que a deterioração dos indicadores relativos ao mercado de trabalho vem acarretando na dinâmica do consumo das famílias. Se, anteriormente, o consumo das famílias vinha se mostrando bastante resiliente à desaceleração da economia, com crescimento positivo ininterrupto desde 2003, o ano de 2015 marca o fim desse processo. A retração da massa salarial real dos trabalhadores, conjugada às condições mais restritivas de acesso ao crédito bancário, afetaram em cheio o poder de compra dos agentes econômicos.

A inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2015 em 10,67%, bem acima do teto da meta de 6,5% estabelecido pelo regime de metas inflacionárias. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram: i) o realinhamento de preços relativos na economia, entre administrados e livres – notadamente devido à correção dos preços de energia elétrica que estavam repressados – e entre domésticos e internacionais – mais especificamente a taxa de câmbio e os preços do combustíveis; ii) a persistência da inflação do setor de Serviços ainda em nível elevado, a despeito do hiato do produto estar em um terreno fortemente desinflacionário; e iii) os choques nos preços de alguns gêneros alimentícios, tanto dos *in natura* devido ao fenômeno climático do El Niño, quanto dos industrializados em função dos efeitos do repasse da depreciação cambial.

Esse desempenho ruim da atividade econômica, por outro lado, tem facilitado o processo de ajuste nas contas externas brasileiras. Mesmo com a queda acentuada nos preços das *commodities*, a forte contração do nível de atividade e o ajustamento já realizado na taxa de câmbio tem impactado sobremaneira a dinâmica das importações. O saldo comercial apresentou resultado positivo de US\$ 19,7 bilhões em 2015, revertendo o valor negativo de 2014, que havia sido de US\$ 3,9 bilhões. As exportações totalizaram US\$ 191,1 bilhões, enquanto as importações atingiram US\$ 171,5 bilhões. Além disso, os dados do 2º semestre de 2015 mostraram quedas no valor de duas rubricas importantes da conta de serviços, notadamente transportes e viagens, bem como na conta de renda primária via retração da remessa de lucros e dividendos ao exterior.

II. DESTAQUES EM 2015

Prêmio Melhores Práticas 2015 da Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo (ALIDE)

Recebimento do Prêmio na categoria Produtos Financeiros, em reconhecimento à experiência e aos resultados obtidos pelo Criatec, fundo nacional de capital semente, do qual a BNDESPAR é a principal investidora.

Prêmio da Câmara de Comércio Brasil-França

Premiação pelas iniciativas sociais apoiadas com recursos da linha Investimentos Sociais de Empresas (ISE) no entorno da hidrelétrica de Estreito, nos Estados do Maranhão e do Tocantins.

Plano Plurianual de Implementação e Monitoramento da Política de Responsabilidade Social e Ambiental

O Plano visa à efetiva implementação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental do BNDES e viabiliza o monitoramento mensal, pelo Comitê de Sustentabilidade Socioambiental, das ações nele estabelecidas, que trazem novas frentes de trabalho e reforçam um conjunto de práticas e iniciativas já existentes na instituição relativas à responsabilidade social e ambiental.

Selo da 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

O BNDES conquistou, pela 4ª vez consecutiva, o selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério dos Direitos humanos, Igualdade Racial e Política para as Mulheres. Este selo representa o reconhecimento do BNDES como empresa que atua em prol da equidade de gênero e raça em seu ambiente de trabalho e junto às instituições que participam da sua cadeia de relacionamento.

XV Prêmio ABT

A Central de Atendimento do BNDES levou a prata no XV Prêmio ABT, na categoria Gestão da Qualidade, que avalia as melhores práticas de relacionamento com o cliente e é realizado pelo Instituto Brasileiro de Marketing de Relacionamento (IBMR).

Lançamento do perfil do BNDES no Facebook

Ferramenta Tableau para divulgação de informações sobre operações e desembolsos. Veja a seção “VIII. BNDES Transparente” Política de Monitoramento e Avaliação (PM&A)

Aprovação da PM&A, cujo objetivo é aperfeiçoar a comunicação interna e externa dos resultados e conferir maior qualidade e credibilidade às avaliações produzidas, respondendo às crescentes demandas por informações relativas à efetividade da atuação do BNDES.

Memorandos de Entendimento

* Com o Banco de Comércio Exterior do México - Assinatura de Memorando de Entendimento para estreitar a cooperação e a partilha de experiências, com o objetivo de promover programas e, em particular, apoiar a implementação de atividades e o desenvolvimento de projetos de interesse comum.

* Entre os países integrantes dos BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, do inglês *New Development Bank*) - Assinatura de acordo que estabelece as bases para que os bancos de desenvolvimento se relacionem com o NDB. Além do BNDES, são signatários do memorando o Banco para o Desenvolvimento e Assuntos Econômicos Estrangeiros (*Vneshe-conombank*), da Rússia, o *Export-Import Bank* da Índia, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, na sigla em inglês), e o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA, na sigla em inglês), da África do Sul.

* Com o Exim Bank da Índia - Assinatura de Memorando de Entendimento que estreita o relacionamento e abre caminho para que sejam ampliadas as iniciativas de cooperação entre as duas instituições.

III. DESEMPENHO OPERACIONAL

Política Operacional 2015

Desde o início de 2015, com a revisão das políticas operacionais, o BNDES oferece melhores condições de taxa, prazo e nível de participação para setores considerados prioritários (inovação, infraestrutura, energias renováveis, transporte público de massa, transporte hidroviário e ferroviário, saneamento e melhoria da gestão pública), projetos de meio ambiente, investimentos sociais das empresas, e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A revisão incluiu, ainda, a ampliação do uso de referenciais de custo de mercado nos financiamentos e a abertura de mais espaço para atuação de outras fontes no financiamento de longo prazo.

Para os setores prioritários, o referencial de custo financeiro é a TJLP, atualmente em 7,5% ao ano. Para outros setores, uma parcela do financiamento permanece em TJLP, combinada com referenciais de custo de mercado. Com isso, o Banco mantém o suporte firme ao conjunto das empresas brasileiras, sustentando e ampliando a realização de investimentos, e seu alinhamento às diretrizes de racionalizar a utilização de recursos determinadas pelo Governo Federal.

Ao reduzir seus níveis de participação e de parcela do financiamento em TJLP, o BNDES estimula a maior presença do mercado na concessão de crédito de longo prazo. Todavia, é disponibilizado o aumento de participação a até 90%, utilizando referenciais de mercado. O BNDES garante, assim, o *funding* para execução do projeto.

As MPMEs contam com financiamentos referenciados à TJLP, e, independente do setor, passam a ser apoiadas com uma condição única: 100% de TJLP e participação de 70%.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2015 e suas taxas de juros elevadas, embora ainda bastante competitivas. As taxas do PSI, que variavam de 4% a 8% ao ano, ficaram entre 6,5% e 11% ao ano. A medida está em linha com o plano de ajuste fiscal do Governo Federal, ao mesmo tempo em que garante o estímulo ao investimento.

Em 2015 foi lançada a Linha de Suporte a Liquidez para juros de debêntures (LSL), uma linha de crédito contingente oferecida ao emissor de debêntures mediante o pagamento de um encargo de contratação. A LSL serve para cobrir fluxos de juros a serem pagos aos debenturistas no limite máximo do montante contratado, equivalente a dois anos de juros, e sua utilização pode ser definida pelo emissor, potencialmente abrangendo toda a duração da debênture. O objetivo da LSL é prover liquidez a projetos de infraestrutura já apoiados pelo BNDES ao estimular a debênture como uma opção de financiamento de longo prazo e constituir uma forma de apoio ao emissor de uma debênture, reduzindo a percepção dos investidores acerca do risco de crédito de debêntures e estimulando um maior investimento de recursos privados nesses papéis.

Desembolsos em números

Os desembolsos do Sistema BNDES, desconsiderados os desembolsos ao mercado secundário, alcançaram R\$ 135.942 milhões em 2015, uma redução de R\$ 51.895 milhões (27,6%) diante de 2014. As aprovações atingiram R\$ 109.499 milhões e as consultas, R\$ 124.620 milhões, apresentando, ambos indicadores, recuo de 47% em relação a 2014.

O volume de operações apresentou queda de 15,6% em 2015, passando de 1.130.202 operações em 2014 para 954.208 operações em 2015.

O desempenho acompanha a desaceleração da demanda por novos investimentos e foi influenciado pela política de ajuste fiscal implementada pelo governo federal, o que implicou duas mudanças: condições mais restritivas nos programas equalizados e fim da política dos repasses do Tesouro Nacional.

Frente à conjuntura, o BNDES ajustou sua Política Operacional, preservando maiores níveis de participação, taxas menores e prazos mais longos para setores e temas prioritários. Como resultado, e mesmo diante do cenário de retração, o Banco

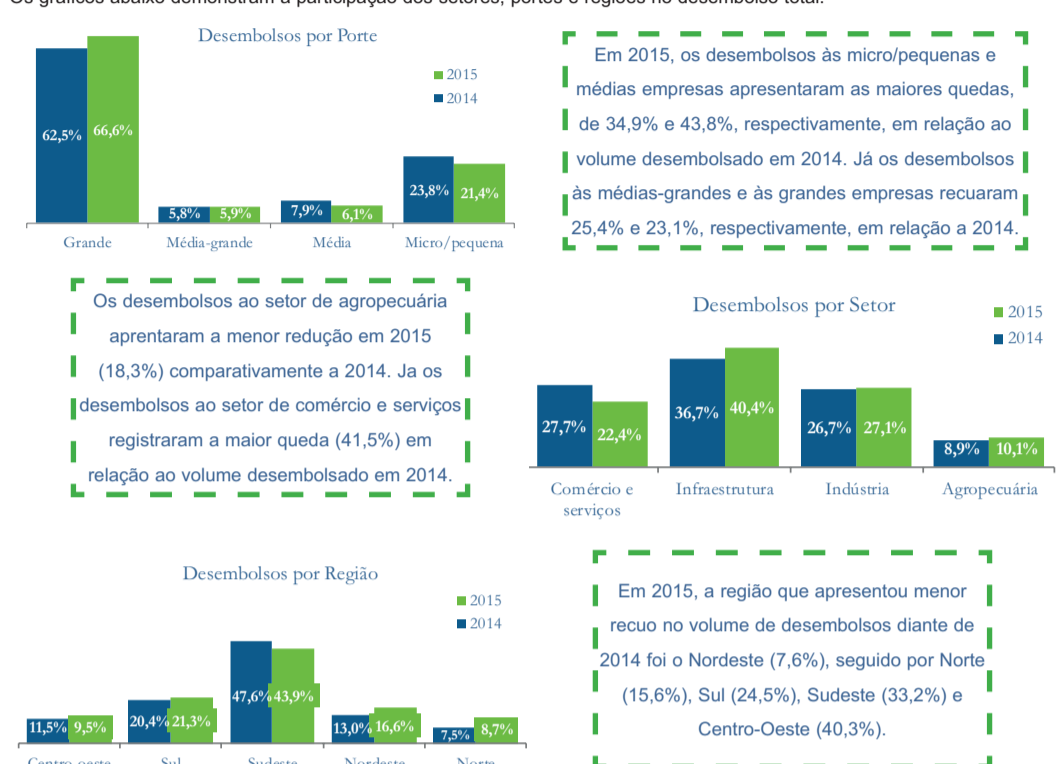
mantve níveis consistentes de apoio a áreas importantes. Destaque para os projetos de energia elétrica, que receberam R\$ 21,9 bilhões (alta de 15%), e de logística de transporte, que cresceram 8%, com cerca de R\$ 20 bilhões desembolsados.

Na área de energia elétrica, destaque para os financiamentos a projetos eólicos, que tiveram expansão de 85%, com desembolsos que atingiram R\$ 6,1 bilhões em 2015. Na área de logística, as liberações a projetos de mobilidade urbana atingiram R\$ 8,5 bilhões, 30% acima dos R\$ 6 bilhões desembolsados em 2014, dos quais R\$ 6 bilhões destinados a projetos de transporte metroviário, com a construção e expansão dos metrô de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza.

Os desembolsos a projetos da denominada Economia Verde atingiram R\$ 31,3 bilhões em 2015, um aumento de 11%. O Cartão BNDES, financiamento exclusivo a micro, pequenas e médias empresas, encerrou 2015 praticamente estável, com liberações de R\$ 11,2 bilhões, frente R\$ 11,5 bilhões em 2014.

Perfil dos desembolsos

Os gráficos abaixo demonstram a participação dos setores, portes e regiões no desembolso total.



IV. FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, assim como a Matriz Insumo-Produto. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume de emprego relacionado às intervenções de modo a viabilizá-las.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – ocorre no setor que tem sua demanda final aquecida. Em projetos de investimento fixo, está relacionado principalmente à construção civil, à fabricação de máquinas e equipamentos e aos serviços prestados às empresas; e
- emprego indireto – postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelo aumento de demanda.

Emprego Gerado ou Mantido por Investimentos Apoiados pelo BNDES

Valores acumulados (desembolsos e aumento de demanda em R\$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final ¹	Emprego Direto	Indireto	Total
2S/14	103.781	88.241	1.035	867	1.902
2014	187.837	165.027	1.957	1.625	3.582
2S/15	67.172	59.515	663	557	1.220
2015	135.942	121.072	1.351	1.127	2.478

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

¹ Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

Em 2015 os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R\$ 136 bilhões e representaram cerca de R\$ 121 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 2,5 milhões. A queda de 31% desse indicador em relação ao resultado de 2014 (3,6 milhões) reflete a queda no volume desembolsado pelo BNDES no mesmo período de comparação (28% em termos nominais).¹

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2015 apresentou os mesmos resultados que 2014, com 55% compostos por empregos diretos e 45% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia caiu ligeiramente de 21,7 em 2014 para 20,5 em 2015, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

Os principais setores que têm a demanda final aquecida durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES segundo os cálculos realizados para estimar o emprego são: i) construção civil; ii) fabricação de máquinas e equipamentos; iii) material eletrônico e equipamentos de comunicações; iv) fabricação de caminhões e ônibus; e v) máquinas para escritório e equipamentos de informática. Somados, esses setores corresponderam, em 2015, a 63% da demanda final estimulada pelo BNDES durante a fase de implantação dos investimentos.

V. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O ano de 2015

O ano de 2015 foi marcado pela redução de R\$ 2.542 milhões do resultado com participações societárias, que contribuiu decisivamente para a queda de R\$ 2.395 milhões (27,9%) do lucro líquido diante de 2014. O crescimento de R\$ 5.306 milhões (39,6%) do resultado da intermediação financeira em 2015 amenizou tais efeitos.

Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2015	2014	Δ (%)	2S/15	2S/14	Δ (%)
Lucro Líquido	6.199	8.594	(27,9)	2.684	3.122	(14,0)
Produto da Intermediação Financeira	20.159	13.449	49,9	9.116	7.358	23,9
Provisão para Risco de Crédito	(1.468)	(65)	2.158,5	284	28	914,3
Participações Societárias	(5.407)	2.865	(288,7)	(5.512)	(838)	557,8
Despesas Tributárias	(1.167)	(968)	20,6	(640)	(464)	37,9
Tributos sobre o Lucro	(3.272)	(4.392)	(25,5)	981	(1.804)	(154,4)
Outras Despesas, líquidas	(2.646)	(2.295)	15,3	(1.545)	(1.158)	33,4

Posição Financeira	dez/15	dez/14	Δ (%)	dez/15	jun/15	Δ (%)
Ativo Total	930.576	877.219	6,1	930.576	911.453	2,1
Carteira de Crédito e Repasses, líquida (CC)	695.378	651.207	6,8	695.378	667.625	4,2
Títulos e Valores Mobiliários	105.051	105.033	0,0	105.051	110.396	(4,8)
Participações Societárias	52.388	63.360	(17,3)	52.388	68.324	(23,3)
Créditos perante o Tesouro Nacional	7.834	26.163	(70,1)	7.834	27.227	(71,2)
Caixas e equivalentes de caixa	35.403	7.879	349,3	35.403	16.099	119,9
Outros Ativos	34.522	23.576	46,4	34.522	21.782	58,5
Recursos de Terceiros	899.583	846.482	6,3	899.583	873.424	3,0
Tesouro Nacional	523.737	506.215	3,5	523.737	521.115	0,5
FAT/PIS-Pasep	254.397	229.077	11,1	254.397	240.115	5,9
Captações Externas	56.543	41.280	37,0	56.543	46.165	22,5
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	22.171	15.418	43,8	22.171	18.075	22,7
Operações Compromissadas	-	16.356	(100,0)	-	18.684	(100,0)
Debêntures BNDESPAR	3.554	5.911	(39,9)	3.554	3.861	(8,0)
Outras Obrigações	39.181	32.225	21,6	39.181	25.409	54,2
Patrimônio Líquido (PL)	30.993	30.737	0,8	30.993	38.029	(18,5)
PL/AT	3,3%	3,5%	(0,2)	3,3%	4,2%	(20,2)

Limites Prudenciais	dez/15	dez/14	dez/15	jun/15
Índice de Basileia	14,7%	15,9%	14,7%	17,0%
Índice de Capital Principal	9,8%	10,6%	9,8%	11,3%
Índice de Capital Nível 1	9,8%	10,6%	9,8%	11,3%

Índices de Crédito	dez/15	dez/14	dez/15	jun/15
Índice de Inadimplência (30 dias)	0,06%	0,01%	0,06%	0,05%
Índice de Inadimplência (90 dias)	0,02%	0,01%	0,02%	0,03%
Provisão / Carteira Total (CC)	0,67%	0,49%	0,67%	0,53%
Índice de Cobertura (30 dias) ¹	10,9	36,1	10,9	11,7
Índice de Cobertura (90 dias) ¹	30,6	57,8	30,6	18,9

Rentabilidade ^{2/}	2015	2014	2S/15	2S/14
ROA (Retorno sobre ativos)	0,67%	1,03%	0,29%	0,37%
ROE (Retorno sobre patrimônio líquido) ^{3/}	15,37%	21,18%	6,38%	7,67%

¹ Provisão / créditos inadimplentes

² Excluídos os ajustes a valor justo dos ativos (líquidos de efeitos tributários no caso do ROE).

³ Retornos 2014: divergentes em relação ao divulgado no Relatório da Administração de 2014 em razão da reclassificação dos instrumentos elegíveis ao capital principal do patrimônio líquido para passivo com o Tesouro Nacional em 2015, de forma retroativa.

¹ No final de 2015, as estimativas do Modelo de Geração de Empregos do BNDES foram revistas devido a melhorias metodológicas. Agora o modelo incorpora a nova metodologia do Sistema de Contas Nacionais do IBGE e a Matriz Insumo-Produto de 2005. Optou-se por não mais considerar nas estimativas do BNDES o emprego efeito-renda, pois o mesmo passou a corresponder, na nova metodologia, a mais de dois terços do resultado total, enviando assim as análises.

Petrobras

Em 31/12/15, a participação do Sistema BNDES (BNDES e BNDESPAR) no capital social na Petrobras é de 17,3% (participação de 10,1% no capital votante na mesma data).

As questões relacionadas ao conturbado cenário político, à crise de confiança relacionada à gestão da Companhia e às sucessivas revisões do plano de investimentos, aliadas à redução nos preços internacionais de *commodities* e às expectativas inflacionárias e de alta nas taxas de juros, tiveram impacto significativo no valor de mercado da Petrobras, provocando uma queda no investimento do Sistema BNDES de R\$ 22,5 bilhões em 31/12/14 para R\$ 16,3 bilhões em 31/12/15.

Em 31/12/15, as cotações das ações PETRA e PETR3 atingiram R\$ 6,63 e R\$ 8,53, respectivamente, e continuaram em declínio ao longo de janeiro de 2016. Essas cotações, referências para análise de evidência de impairment, encontram-se significativamente abaixo do custo médio de aquisição registrado pela BNDESPAR e pelo BNDES.

Constatada a evidência de impairment, o BNDES procedeu à análise do valor recuperável do investimento, com base em modelo de avaliação econômico-financeiro, que resultou no registro de perdas por impairment, no resultado de 2015, no valor de R\$ 7,35 bilhões (R\$ 4,49 bilhões, líquido de tributos).

Entretanto, cabe destacar que, em atendimento à Resolução CMN nº 4.175/12, R\$ 3,30 bilhões (R\$ 1,82 bilhão, líquido de tributos) foram mantidos no patrimônio líquido. A Resolução CMN nº 4.175/12 determina que perdas em ações recebidas da União para fins de capitalização, ainda que consideradas permanentes, só devem ser reconhecidas no resultado quando o investimento for realizado, em geral, por sua alienação.

Outro ponto importante a mencionar é que, no caso de ações classificadas como "TVM Disponível para Venda", onde se enquadra o investimento em questão, o *impairment* não gera impactos na posição financeira da Companhia, uma vez que as variações positivas ou negativas nos respectivos valores de mercado já estão refletidas tanto no Ativo como no Patrimônio Líquido. Desta forma, o registro do *impairment* se dá pela mera transferência para o resultado de perda já reconhecida no patrimônio líquido (em conta específica denominada "ajuste de avaliação patrimonial") e nos ativos, também sem impacto no fluxo de caixa. A perda efetiva só se dará quando da realização do ativo, normalmente pela sua venda.

O quadro abaixo demonstra o resultado do Sistema BNDES em 2015 com a eliminação dos efeitos do impairment registrado no investimento na Petrobras, que, devido à sua magnitude e seu caráter não ordinário, poderiam comprometer a comparabilidade das informações.

Sistema BNDES	2015			2014
	Resultado Societário	Efeito Petrobras	Resultado Ajustado	Resultado Societário
Resultado da Intermediação Financeira	18.691	-	18.691	13.384
Resultado de Participações Societárias	(5.407)	7.334	1.927	2.865
Outras Despesas, Líquidas	(3.516)	-	(3.516)	(3.022)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	9.768	7.334	17.102	13.227
Tributos sobre o Lucro	(3.271)	(2.849)	(6.120)	(4.392)
Participação dos Empregados no Lucro	(298)	-	(298)	(241)
Lucro Líquido	6.199	4.485	10.684	8.594
ROA (%)	0,7%	-	1,2%	1,0%
ROE (%)	15,4%	-	23,6%	21,2%

Operações de crédito e repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, caso das operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, caso das operações de repasses.

A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito de R\$ 4.687 milhões, totalizou R\$ 695.378 milhões em 31 de dezembro de 2015, correspondente a 74,9% do ativo total na mesma data. O crescimento de 6,8% em relação a 2014 reflete o crescimento de 18,0% da carteira de operações de crédito, que compenhou a queda de 5,5% da carteira de repasses.

Perfil da carteira bruta de crédito e repasses

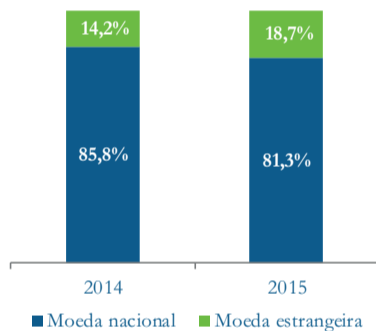
Carteira por tipo de operação



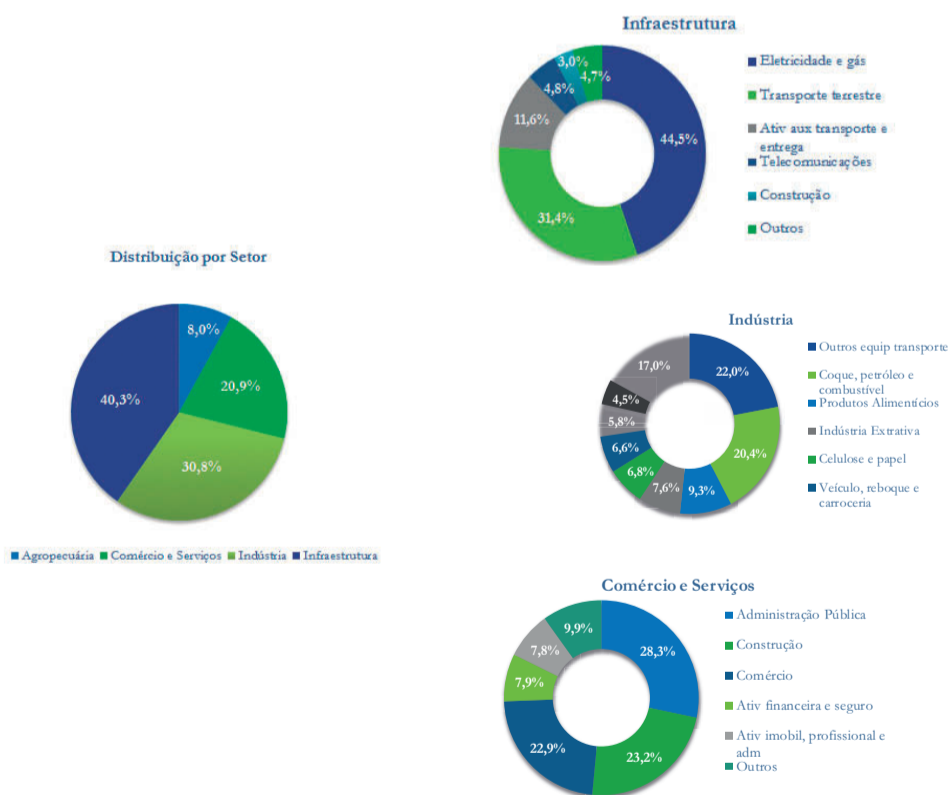
Sobre as operações de repasses não é cobrado *spread* de risco e sim uma taxa de intermediação financeira entre 0,1% e 0,5%, a depender do porte do cliente. Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

Carteira por moeda

O crescimento de R\$ 44,2 bilhões (6,8%) da carteira de crédito líquida em 2015 reflete, basicamente, o crescimento de 40,3% da carteira em moeda estrangeira, reflexo da valorização de 47,0% do Dólar em 2015.



Carteira bruta de crédito e repasses por setor



Qualidade da carteira de crédito e repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar a gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível.

Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN 1 2 3	Instituições Financeiras Privadas 2 3	Instituições Financeiras Públicas 2 3
AA - C	99,4%	92,4%	90,8%	93,7%
D - G	0,5%	4,9%	5,7%	4,2%
H	0,1%	2,7%	3,5%	2,1%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

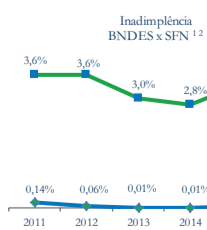
¹ Sistema Financeiro Nacional

² Fonte: BACEN

³ Em 30 de setembro de 2015. Última informação disponível.

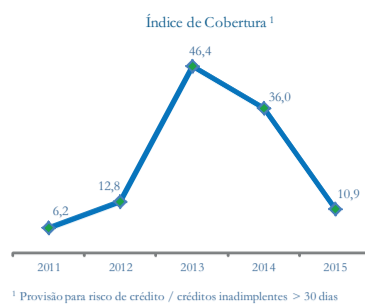
Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 99,3% da carteira total em 31 de dezembro de 2015, percentual superior aos 92,4% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 30 de setembro de 2015 (última data disponível), porém ligeiramente inferior aos 99,7% registrados em 31 de dezembro de 2014.

A taxa de inadimplência atingiu 0,06% em 31 de dezembro de 2015, registrando elevação diante de 2014, movimento também registrado pelo SFN. Ainda assim a taxa de inadimplência do Sistema BNDES em 31/12/15 é uma das menores registradas pelas instituições do SFN.



¹ Sistema Financeiro Nacional

² Fonte: BACEN



¹ Provisão para risco de crédito / créditos inadimplentes > 30 dias

O índice de cobertura, um "colchão" que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito é capaz de cobrir os créditos inadimplentes, alcançou 10,9 em 31/12/15.

Títulos e valores mobiliários

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos, que representavam 18,0% e 78,9%, respectivamente, da carteira de TVM em 31 de dezembro de 2015.

As debêntures representam uma das formas de apoio financeiro do BNDES. A carteira, que alcançou R\$ 19.214 milhões em 31/12/15, é composta por investimentos de R\$ 8.856 milhões em debêntures simples e R\$ 10.358 milhões em debêntures conversíveis/permutáveis.

Créditos perante o TN

Referem-se a valores a receber do Tesouro Nacional decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, PSI.

A queda de R\$ 18.329 milhões (70,1%) em 2015 decorre do pagamento pelo TN de R\$ 30.641 milhões referente à equalização da remuneração do PSI e de programas agrícolas. Com esse pagamento, em 31/12/15, restam em aberto R\$ 7.834 milhões relativos a valores de competência do 2º semestre de 2015, substancialmente liquidados em janeiro de 2016.

Caixas e equivalentes de caixa

O aumento de R\$ 27.524 milhões em 2015 reflete a frustração da demanda por desembolsos, superior a R\$ 30 bilhões em 2015, e o recebimento de direitos de equalização.

Participações societárias

Compreendem, basicamente, ações aportadas como capital no BNDES pela União, participações societárias de caráter minoritário e transitório que buscam apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, bem como fortalecer e modernizar o mercado de capitais brasileiro, e fundos mútuos de investimentos em participações.

Em 31 de dezembro de 2015, do total da carteira de participações societárias, 69,2% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 27,1%, em sociedades coligadas, e os 3,7% restantes em cotas de fundos mútuos de investimentos em participações e outros investimentos.

Os investimentos em sociedades coligadas, nas quais o BNDES tem poder de influência nas decisões financeiras e operacionais, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo valor justo e, em casos excepcionais, pelo custo de aquisição.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 52.388 milhões em 31/12/15, uma redução de 17,3% no ano, provocada pela desvalorização, da ordem de R\$ 10.483 milhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas, notadamente ações da Petrobras e da Vale, afetadas pela queda dos preços das *commodities* no mercado internacional.

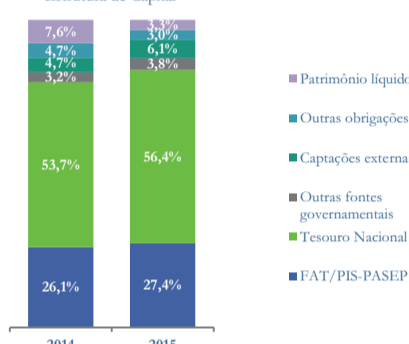
Outros ativos

O crescimento de R\$ 8.778 milhões (37,2%) em 2015 foi provocado basicamente pelos efeitos tributários da redução do valor justo das carteiras de participações em sociedades não coligadas e de títulos e valores mobiliários.

Fontes de recursos

Das fontes de recursos que compõem a estrutura de capital do BNDES, destaca-se o peso das fontes governamentais.

Estrutura de Capital



Tesouro Nacional (Repasses e Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal)

Desde 2010, com o crescimento dos repasses de recursos, o Tesouro Nacional é o principal credor do BNDES e responsável por 56,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2015. Do total de repasses, 89,1% são atrelados à TJLP.

Ao final de 2015, o BNDES liquidou antecipadamente R\$ 15,8 bilhões em contratos remunerados por taxas de mercado (US\$ e Selic). O pagamento teve como objetivo a adequação do custo e da disponibilidade de suas fontes de recursos ao perfil da carteira de crédito e à demanda por desembolsos no médio prazo, e ainda contribuiu com o esforço do Governo Federal para estabilizar a dívida pública no médio prazo. O impacto da liquidação antecipada sobre a liquidez do BNDES foi mínimo, dado o recebimento de equalizações já mencionado.

Em março de 2015, conforme determinação do BACEN, R\$ 35,5 bilhões em instrumentos elegíveis ao capital principal foram reclassificados do patrimônio líquido para o passivo. O custo desses instrumentos é variável, limitado à TJLP, e deve ser pago após o primeiro pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à União em data posterior à aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício pelo Conselho de Administração.

Não houve captações de recursos do TN em 2015.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

O saldo de recursos do FAT no BNDES encerrou 2015 em R\$ 220,7 bilhões. Desse total, R\$ 205,9 bilhões constituíram o saldo do FAT Constitucional e R\$ 14,8 bilhões, o saldo do FAT Depósitos Especiais.

Em 2015, ingressaram R\$ 19,3 bilhões de recursos novos oriundos do FAT, um volume 13,5% inferior ao de 2014, dos quais R\$ 17,1 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 2,2 bilhões de Depósitos Especiais.

Em 31/12/15, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totalizava R\$ 33,7 bilhões, destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe aportes de recursos.

Outras Fontes Governamentais

Compreendem basicamente recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e de outros fundos financeiros e de desenvolvimento, que, juntos, respondem por 3,8% do passivo em 31/12/15.

Em 2015, ingressaram R\$ 3,6 bilhões do FMM, um aumento de 71,4% diante de 2014.

Captações externas

Representadas por repasses de instituições multilaterais, emissão de *bonds* e empréstimos sindicalizados, que, juntos, totalizaram R\$ 56,5 bilhões em 31/12/15, um aumento de 37,0% diante de 2014, provocado pela valorização de 47,8% do Dólar em 2015 e pelo ingresso de recursos de instituições multilaterais, que atingiram R\$ 2,8 bilhões em 2015. Não houve emissão de *bonds* em 2015.

Outras obrigações

Do total das outras obrigações em 31/12/15, 52,6% estão representados por captações via emissão pública de debêntures da BNDESPAR e Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), e por tributos sobre o lucro.

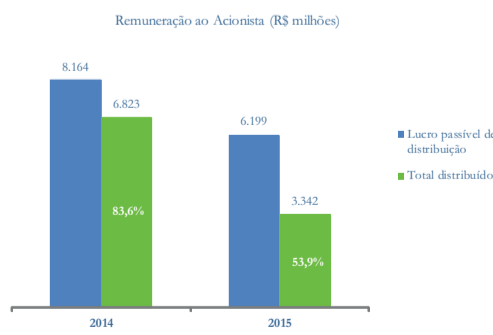
O volume de emissões de LCAs alcançou R\$ 6,0 bilhões em 2015. Esses títulos tem vencimento entre janeiro de 2016 e janeiro de 2019 e custo entre 93,0% e 96,0% do CDI.

Patrimônio líquido

Não houve variação relevante no patrimônio líquido entre os exercícios.

O lucro líquido de R\$ 6.199 milhões em 2015 foi absorvido pelo ajuste a valor justo negativo de títulos disponíveis para venda, no valor de R\$ 1.157 milhões, e pelo pagamento de dividendos complementares relativos a 2014 (R\$ 1.443 milhões) e de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, relativos a 2015 (R\$ 3.343 milhões).

Remuneração ao acionista



¹ Inclui dividendos e juros sobre capital próprio.

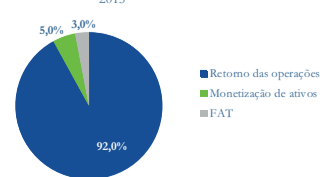
Em 2015, o BNDES pagou dividendos e juros sobre capital próprio de R\$ 4,8 bilhões à União, sendo R\$ 3,3 bilhões relativos a dividendos intermediários sobre o lucro apurado no balanço de 30/6/15 e R\$ 1,4 bilhão a título de dividendos complementares relativos ao lucro apurado em 2014.

Fluxo de recursos

Nos anos recentes, o retorno das operações (recebimento de serviços de crédito, sem distinção das fontes de recursos originais) tem se destacado como a principal fonte de recursos para novos projetos.

Pelas características de longo prazo das principais fontes de recursos do BNDES (todas governamentais), bastante superior ao giro médio dos ativos de crédito, o retorno das operações se apresenta como fonte importante e suficiente de recursos para o atendimento ao orçamento de desembolsos dos próximos anos.

Fluxo de Caixa
Contribuição Líquida das Fontes de Recursos
2015



Resultado da intermediação financeira

É o produto da intermediação financeira líquido dos efeitos da provisão para risco de crédito.

Produto da intermediação financeira

É o resultado gerado pelos ativos e passivos financeiros do Sistema BNDES. Os ativos financeiros estão representados pelas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários, líquido da provisão para risco de crédito.

O produto da intermediação financeira atingiu R\$ 20.159 milhões em 2015, um aumento de R\$ 6.709 milhões (49,9%) diante de 2014 decorrente do crescimento da carteira de crédito média e da gestão dos recursos de tesouraria, intensificada pelo aumento das disponibilidades, gerado com o pagamento de direitos de equalização pelo TN, e necessária como forma de compensação pela queda do resultado de participações societárias.

Provisão para risco de crédito

A despesa com provisão para risco de crédito atingiu R\$ 1.468 milhões em 2015, em contraponto à despesa de R\$ 65 milhões em 2014, em decorrência do crescimento da carteira de crédito e repasses e da deterioração da perspectiva de risco de alguns clientes.

A receita com recuperação de crédito não apresentou variação relevante, passando de R\$ 383 milhões em 2014 para R\$ 341 milhões em 2015.

Resultado com participações societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

Em 2015, o resultado com participações societárias foi um prejuízo de R\$ 5.407 milhões (lucro de R\$ 2.865 milhões em 2014) em razão do crescimento de R\$ 6.922 milhões (246,0%) da despesa com *impairment* e da queda de R\$ 2.660 milhões na receita com dividendos e juros sobre capital próprio, parcialmente atenuado pelo aumento de R\$ 545 milhões do resultado de equivalência patrimonial.

Em 2014, Petrobras, Vale/Valepar e Eletrobras contribuíram com R\$ 2.785 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 2015, a receita com essas mesmas companhias atingiu R\$ 381 milhões, sem pagamento de remuneração pela Petrobras.

Do total de R\$ 9.736 milhões da despesa com provisão para perdas (*impairment*) em 2015, cerca de 75% teve origem no investimento na Petrobras, já mencionado. A parcela remanescente deveu-se, substancialmente, ao declínio significativo do valor justo de algumas ações em relação aos respectivos custos de aquisição.

Em 2015, o ganho de R\$ 1.310 milhões com equivalência patrimonial (R\$ 765 milhões em 2014) foi impulsionado pela receita de R\$ 1.049 milhões da JBS (R\$ 350 milhões em 2014).

Despesas tributárias

Compreendem, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS-Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A redução de R\$ 922 milhões (17,2%) é explicada pela queda de 26,2% do lucro antes da tributação sobre o lucro.

Outras despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outros.

O crescimento de 15,3% em 2015 decorre, principalmente, de efeitos dos dissídios coletivos de 2014, finalizado somente em maio de 2015, e de 2015.

Informação por Segmento

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) financiamento (renda fixa); (ii) mercado de capitais (renda variável); e (iii) tesouraria.

Composição dos segmentos

- "Renda Fixa": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures;
- "Renda Variável": inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, composta pelas participações societárias e pelos fundos mútuos de investimentos e participações; e
- "Tesouraria": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades do Sistema BNDES.

Segmento	2014				2015			
	Ativos (A)	%	Resultado (B)	%	Ativos (A)	%	Resultado (B)	%
Renda Fixa ¹⁾	700.214	81,2%	12.934	75,0%	729.280	80,4%	13.728	59,8%
Renda Variável	64.646	7,5%	1.645	9,5%	54.247	6,0%	(6.910)	-50,2%
Tesouraria	97.007	11,3%	2.664	15,4%	123.978	13,7%	6.940	30,4%
Alocado	861.867	100,0%	17.243	100,0%	907.505	100,0%	13.758	100,0%
Não alocado	15.352		(8.649)		23.071		(7.559)	
Total	877.219		8.594		930.576		6.199	

¹⁾ Inclui provisão para risco de crédito.

O BNDES avalia o desempenho de seus segmentos com base no resultado alocado. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

Os tributos sobre o lucro e as despesas tributárias são monitorados de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As diferentes carteiras estão sujeitas a distintas cargas tributárias, sendo a carteira de renda variável sujeita à menor carga relativa.

Os desempenhos dos segmentos de Renda Variável e de Tesouraria foram determinantes na formação do lucro líquido do Sistema BNDES em 2015. O segmento de Renda Variável foi fortemente afetado pela desvalorização de investimentos em companhias que atuam no setor de *commodities*, cujos preços no mercado internacional estão em queda, e por pressões inflacionárias, alta nas taxas de juros e aumento de prêmios por risco no Brasil, que culminaram no reconhecimento de provisões para perdas em investimentos de R\$ 9,7 bilhões em 2015 (R\$ 2,8 bilhões em 2014) e na queda de R\$ 2,7 bilhões na receita com dividendos e juros sobre capital próprio em 2015. Em 2015, o pagamento de direitos de equalização de R\$ 30,6 bilhões pelo TN e a frustração de desembolsos, de aproximadamente R\$ 30 bilhões, geraram disponibilidades que permitiram ao segmento de Tesouraria minimizar os impactos negativos do segmento de Renda Variável no lucro líquido do Sistema BNDES.

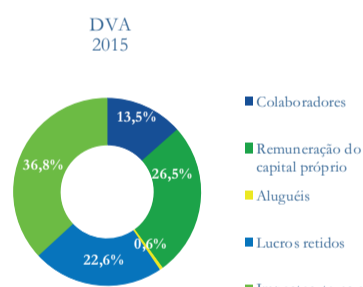
O resultado do segmento de Renda Fixa entre os exercícios acompanhou o crescimento de seus ativos.

Geração e Distribuição de Valor

Importante indicador de avaliação do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da instituição na geração de riqueza para economia na qual está inserida e de sua efetiva distribuição entre empregados, governo, agentes financiadores e acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2015 foi de R\$ 12.625 milhões, inferior aos R\$ 15.657 milhões gerados e distribuídos em 2014.

Em virtude de o BNDES ter como único acionista a União, a participação do Governo Federal na distribuição da riqueza gerada considera os tributos federais, a remuneração do capital próprio e lucros retidos, em um total de R\$ 10.823 milhões (85,7% da riqueza gerada total) em 2015, contra R\$ 14.111 milhões em 2014 (90,1% da riqueza gerada total).



VI. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No âmbito das atividades desempenhadas para apoiar o aprimoramento dos controles internos e do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES, destacaram-se em 2015:

Controles internos

- adaptação da abordagem de avaliação de controles internos nos processos de trabalho, visando maior eficiência e abrangência das análises realizadas;
- melhorias na atividade de monitoramento contínuo, com foco no grau de atendimento aos normativos internos;
- desenvolvimento de ações voltadas à estruturação de um Programa de *Compliance*; e
- implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de controle na Instituição.

Risco operacional

- conclusão do projeto de desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES;
- aprimoramento da metodologia de identificação e mensuração de eventos de risco operacional;
- inclusão de tópico relativo à análise de riscos operacionais como suporte à avaliação pelo colegiado de Superintendentes das propostas de novos produtos, programas e políticas do Sistema BNDES; e

Riscos de mercado e de liquidez

- criação de política de monitoramento de risco de liquidez customizado para as características do fluxo de caixa do BNDES;
- contratação de novo sistema de risco de mercado e liquidez, que permitirá a integração da gestão de riscos com processos de *front-office*, *back-office* e gestão da carteira de renda variável;
- padronização e institucionalização dos procedimentos e metodologias relativos ao mapeamento dos fluxos de caixa em fatores de risco; e
- incorporação de ajustes prudenciais que refletem a incerteza inerente ao processo de apreçamento de instrumentos financeiros ilíquidos.

Risco de crédito

- conclusão do projeto interno de apoio técnico à implantação do Sistema de Gestão de Risco de Crédito, com a finalização dos aplicativos de extração de informações;
- aperfeiçoamento da metodologia de capital econômico para a carteira de ações;
- aprimoramento de testes de estresse, como a avaliação da perda esperada em caso de inadimplência das maiores exposições e estresse dos parâmetros de risco;
- aprimoramento das metodologias de autoavaliação de capital para aplicação no relatório ICAAP; e
- definição e aprovação do Conceito de Risco Socioambiental nas Políticas de Gestão de Risco de Crédito de Risco Operacional.

Gestão de Riscos em Números

Em 31 de dezembro de 2015, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia totalizou 14,7%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I totalizaram 9,8%, respeitando, portanto, os valores mínimos exigidos pelo regulador.

Recursos próprios e Basileia	Basileia II		Basileia III		
	2011	2012	2013	2014	2015
Patrimônio de Referência - PR	99.084	89.599	108.669	97.851	94.997
= Capital Nível I (NI)	51.849	48.633	72.446	65.234	63.331
(+) Capital Principal (CP)	-	-	60.418	65.234	63.331
(+) Capital Complementar (CC)	-	-	12.028	-	-
(+) Capital Nível II	48.044	41.176	36.223	32.617	31.666
(-) Deduções do PR	809	211	-	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)*	481.059	582.214	580.237	615.706	644.332
= Risco de Crédito (RWACPAD)	471.800	538.280	545.944	575.861	601.621
(+) Risco de Mercado (RWAMPAD)	652	27.071	23.257	28.055	16.981
(+) Risco Operacional (RWAOPAD)	8.607	16.863	11.036	11.790	25.730
Risco de Juros da Carteira Bancária (Rban)	1.461	2.347	2.278	2.383	3.568
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	20,60%	15,39%	18,73%	15,89%	14,74%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	-	-	10,41%	10,59%	9,83%
Índice de Capital Nível I (NI/RWA)	-	-	12,49%	10,59%	9,83%

*Por conta das novas regras de Basileia III, introduzidas em 2013 (em particular, a Resolução CMN nº 4.193/13), para fins comparativos os valores de RWA (*Risk Weighted Assets*) apresentados em 2011 e 2012 correspondem aos valores de Patrimônio de Referência Exigido (PRE), divulgados em Notas Explicativas, divididos pelo fator 0,11.

O pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e a redução do valor justo da carteira de "TVM disponível para venda" em 2015 levaram à redução do PR e, consequentemente, do Índice de Basileia em relação ao exercício de 2014.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível em www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Gestao_Riscos/.

VII. GESTÃO DA ÉTICA

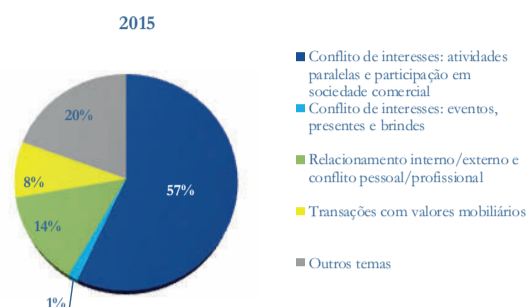
A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES.

O Código de Ética e o Regimento Interno do Sistema BNDES, além de outros normativos internos e externos, orientam a gestão da ética através de ações de natureza educativa e preventiva, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Dentre as atividades realizadas em 2015, destacamos o ciclo de palestras apresentadas para todas as áreas do Banco, além de duas turmas de novos empregados, e a participação na elaboração da Política de Gênero e Diversidade.

Em 2015, a CET/BNDES procedeu à abertura de 72 Procedimentos Preliminares, sendo 47 consultas ou pedidos de autorização para o exercício de atividades paralelas, 13 denúncias ou representações, incluindo análises "de ofício", e 12 atendimentos. Todas as consultas foram respondidas e as denúncias foram apreciadas ou estão em fase final de apreciação preliminar.

Perfil dos procedimentos preliminares

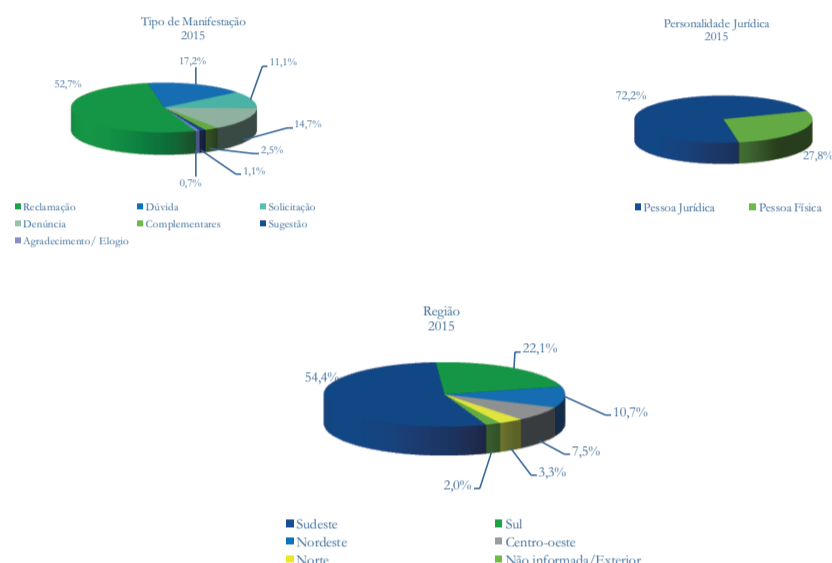


Ouvidoria

A Ouvidoria proporciona ao cidadão um canal de participação ativa junto à Administração do BNDES. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria participa dos fóruns internos de discussão, disseminando as informações colhidas no tratamento das demandas mais recorrentes dos cidadãos.

Em 2015, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, em cooperação com as diversas áreas do Banco, a 1.463 manifestações, com redução de 4,1% na demanda anual.

Perfil das manifestações



VIII. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

Canais de Atendimento

Central de Atendimento do BNDES

Atendimento ao público externo quanto aos produtos, serviços e demais assuntos relacionados às atividades operacionais do Sistema BNDES através dos seguintes canais: telefônico (0800 702-6337), correspondência e e-mail através do formulário eletrônico disponível em www.bndes.gov.br/br/taeconosco.

Em 2015 foram realizados cerca de 667.000 atendimentos, sendo 86% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 95% dos que responderam consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

Como reconhecimento de sua qualidade, a Central de Atendimento do BNDES recebeu o troféu de prata no XV Prêmio ABT na categoria Gestão da Qualidade com o caso "Nosso marco é a excelência". O caso relata o trabalho realizado pelo BNDES, juntamente com a empresa terceirizada, visando a excelência no atendimento, com foco no cliente e buscando a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.

Atendimento Presencial

O BNDES mantém um canal de diálogo direto com clientes e público em geral, prestando orientação empresarial nos seus escritórios de Belém, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2015 foram realizados 836 atendimentos presenciais.

Desse total, 352 atendimentos foram realizados no escritório do Rio de Janeiro, com a maioria do público identificado como micro, pequenas e médias empresas (58%), microempreendedor individual (16%) e pessoa física (18%). Dentre as linhas de financiamento recomendadas, destacam-se o Cartão BNDES e o BNDES Microcrédito, além do BNDES Automático, BNDES Finame e BNDES Progerem. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 98% dos que responderam consideraram o atendimento presencial um importante canal no esclarecimento de dúvidas. A equipe responsável pelo atendimento também foi bem avaliada na pesquisa, com um índice de satisfação acima de 98%.

Ainda em 2015, o BNDES participou com estande próprio em 18 feiras e exposições, tendo realizado 2.046 atendimentos ao público presente.

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Responsável pelo tratamento dos pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação, o SIC oferece atendimento através dos seguintes canais: presencial (Rio de Janeiro), telefônico (0800-887-6000), correspondência, e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-SIC (www.acessoinformacao.gov.br/sistema/).

Em 2015, o SIC recebeu 734 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais.

Relações com Investidores

Atendimento a demandas de informações financeiras do Sistema BNDES através dos seguintes canais: e-mail (ri@bndes.gov.br) ou telefônico (2172-8071 ou 2172-6588).

Também é disponibilizado um cadastro aos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outros. O cadastro é realizado no site, na página http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Informacoes_Financeiras/cadastro_ri.html, e está disponível em Português, Inglês e Espanhol.

Atualmente o cadastro conta com 1.346 inscritos.

Palestras Institucionais

O BNDES recebe delegações e grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras sobre a economia brasileira e a relevância do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional.

Em 2015, foram realizadas 30 apresentações institucionais - em português, inglês e espanhol - para um público total de 617 visitantes.

Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Realização de eventos em parceria com postos de informações, a partir de convênio estabelecido entre o BNDES e também com outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas.

Em 2015 foram realizadas doze palestras, distribuídas em sete estados, atingindo um público total de 1.624 presentes. A pesquisa voluntária de avaliação da palestra busca aferir o grau de satisfação do público no que tange ao conteúdo, infraestrutura física e divulgação do evento. A pontuação média atribuída pelo público foi considerada "excelente" nos quesitos que envolvem a qualidade da palestra em si e instalações, e "muito boa" para os canais e formas de divulgação.

Sítio do BNDES e presença nas Redes Sociais

Em 2015, o site do BNDES recebeu cerca de quatro milhões de visitantes únicos - uma audiência mensal média de 333 mil, o que representa um aumento de 33% em relação à média do ano anterior. O número, associado à queda de 19% na taxa de rejeição², reflete, principalmente, os avanços no tratamento do conteúdo disponibilizado.

Seção BNDES Transparente

Mantida desde 2008 em seu site, a seção BNDES Transparente permite ao internauta consultar operações contratadas e o volume de desembolsos da instituição. Em 2015, a seção incorporou os painéis interativos do software Tableau, solução tecnológica que permite o cruzamento de dados de forma rápida e intuitiva.

Ferramenta Tableau

Implantada em abril de 2015, a ferramenta Tableau traz uma nova forma de consulta às operações e aos desembolsos do Sistema BNDES.

Na consulta aos desembolsos foram incorporados mapas e gráficos interativos que possibilitam o cruzamento de diferentes recortes, como porte da empresa, região do Brasil e setor econômico, para uma análise mais profunda. Além de garantir acesso mais qualificado aos dados, a nova apresentação visual das informações melhora a compreensão dos volumes desembolsados pelo público em geral.

A consulta às operações passou a permitir ao público procurar uma operação pelo nome do cliente, data da operação, forma de apoio (direta ou indireta), área operacional do BNDES responsável pela operação e modalidade de apoio (reembolsável e não reembolsável), sendo possível ainda combinar os critérios para se chegar ao resultado esperado.

Em agosto de 2015, a seção BNDES Transparente expandiu até o ano de 2002 os dados das consultas a operações diretas e indiretas não automáticas e das operações de pós-embarque de serviços de engenharia. E, em novembro, houve reformulação da seção "O BNDES", que disponibilizou recursos visuais, como botões, ícones e infográficos, que facilitam a navegação e a compreensão do conteúdo. Nesta seção, foram incluídas informações sobre a atuação e composição de todos os Comitês do BNDES e expandidos os dados sobre o organograma e formas de contato com a instituição. Também foram disponibilizadas informações adicionais sobre as principais fontes de recursos do BNDES, com detalhamento de todas as operações realizadas com a União, e sobre o relacionamento do BNDES com os órgãos de controle.

As páginas sobre Exportação, na seção "Apoio Financeiro", e de Relação com Investidores também foram reformuladas. Os textos foram reeditados, numa linguagem mais simples, didática e objetiva, priorizando informações que ajudem o público a entender como funciona o apoio financeiro do BNDES. Já na página de Relações com Investidores foram incorporadas importantes modificações: divulgação dos pareceres dos Conselhos Fiscais e dos resumos do Comitê de Auditoria, informações financeiras comparativas com outras instituições e informações sobre a carteira de crédito e inadimplência do Sistema BNDES.

O aprimoramento das consultas, aliado à campanha publicitária, resultou num grande salto nos números de visitantes à seção BNDES Transparente.

² Taxa de rejeição é o percentual de sessões nas quais a pessoa saiu do site na página de entrada sem interagir com ela.

Essas medidas aumentam o compromisso do BNDES com a transparência, em um esforço que se intensificou no decorrer de 2015.

Relatório de Efetividade

Em junho de 2015, foi lançado o 1º Relatório de Efetividade do BNDES relativo ao período 2007-2014, na seção BNDES Transparente. O Relatório compila os efeitos econômicos, territoriais, ambientais e sociais da atuação do Banco e organiza de maneira sistemática informações e estudos produzidos ou apoiados pelo BNDES durante o monitoramento e avaliação de sua atuação.

Redes Sociais

Em 2015, o BNDES lançou sua fanpage no Facebook (<https://www.facebook.com/bndes.imprensa>), que amplia sua presença nas redes sociais, iniciada em 2010, com o lançamento do perfil do Banco no Twitter.

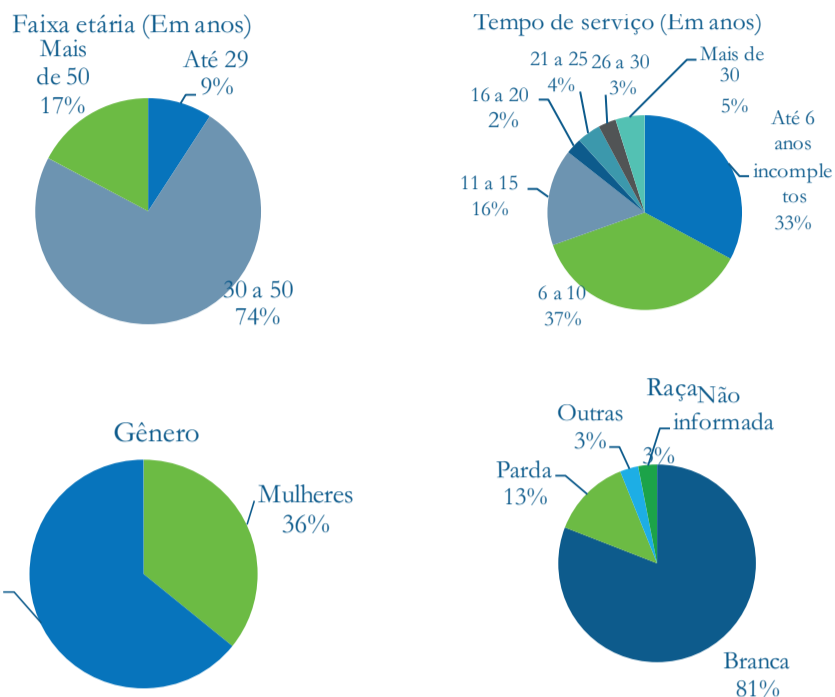
Também houve aumento de visualizações dos canais e perfis oficiais nas redes sociais online. O canal do BNDES no YouTube ([youtube.com/bndesgovbr](https://www.youtube.com/bndesgovbr)) recebeu cerca de 112 mil visualizações e totalizou 2.966 inscritos em 2015.

Durante o ano, os demais perfis seguiram divulgando informações relevantes para a sociedade, por meio de notas no Twitter (@bndes_imprensa) e no Facebook e das apresentações disponíveis no Slideshare ([slideshare.net/bndes](https://www.slideshare.net/bndes)). Manteve-se ainda a rotina de monitoramento da imagem do Banco nas mídias sócias.

IX. GESTÃO DE PESSOAS

O BNDES encerrou 2015 com 2.783 empregados e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 2,4% dos empregados se desligaram no período.

Perfil do corpo funcional



superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 308 estagiários, que cumprem jornada de 4 horas diárias. O Programa, além da bolsa-auxílio, oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ser maiores de 14 e menores de 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental.

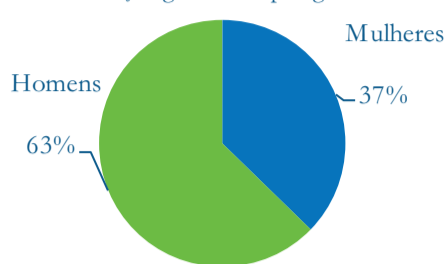
Atualmente o Programa conta com 32 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no seu ambiente de trabalho e nas instituições da sua cadeia de relacionamento.

Tal compromisso encontra-se em sua Missão, em sua Declaração de Valores e em seu Código de Ética e tem como objetivo o reconhecimento do Banco como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade.

Função gratificada por gênero



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores, evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas funções.

Como ações específicas desenvolvidas em 2015, destacam-se:

- Conquista do selo Proequidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres pela quarta vez consecutiva;
- Aprovação da Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade;
- Veiculação de peças publicitárias que promovem a equidade de gênero e raça;
- Patrocínio ao 1º Seminário Internacional Sobre a Cultura da Violência Contra as Mulheres;
- Aproximação com entidades que promovem a equidade de gênero, através de reunião com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil e participação na abertura da 2ª Oficina da Mulher Trabalhadora que Amamenta;
- Doação de Cartilhas sobre a Lei Maria da Penha para o Centro Integrado de Atendimento a Mulher do Centro do Rio de Janeiro;
- Palestra interna de sensibilização para a inclusão de pessoas com necessidades especiais com o atleta Fernando Fernandes;
- Treinamento para empregados em gestão inclusiva e acessibilidade;
- Acompanhamento e facilitação da inclusão de novos empregados com necessidades especiais;
- Revisão do quantitativo de estagiários, com reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais; e
- Melhorias nas condições ambientais de acessibilidade no BNDES.

X. RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Ba2	Negativa	Ba2	Negativa
S&P	BB	Negativa	BB	Negativa

XI. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 31/12/15, no montante de R\$ 9.000 milhões, o equivalente a 6,3% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

XII. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
		2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014
ATIVO CIRCULANTE		177.116.830	176.145.440	126.249.177	220.717.948	181.398.027	147.051.306
DISPONIBILIDADES		2.409	2.651	1.452	338.250	337.052	215.750
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	32.610.812	5.592.573	327.626	35.065.096	7.541.901	3.589.804
Aplicações em carteira de câmbio	6.1	2.972.385	92.282	234.083	2.972.385	92.282	234.083
Aplicações em operações compromissadas	6.2	29.638.427	5.500.291	93.543	32.092.711	7.449.619	3.355.721
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	54.608.507	48.922.561	27.050.372	52.251.444	48.067.014	29.568.387
Cotas de fundos de investimento	7.1 e 7.3	2.675.619	2.100.247	4.485.856	-	-	2.424.137
Títulos públicos	7.1	51.691.148	46.059.774	20.857.586	51.709.533	46.080.158	24.617.222
Títulos de renda fixa no exterior	7.1	6	5	1.630.066	194.827	129.149	1.630.066
Ações	7.1	-	-	-	-	-	299.001
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	239.255	712.136	12.282	270.032	1.525.675	12.592
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	-	50.652	31.067	41.156	340.641	34.282
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	-	(253)	(136)	(206)	(8.896)	(136)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	2.479	-	33.651	2.479	-	33.653
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	-	33.623	287	509.127
Outros	7.1	-	-	-	-	-	8.443
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		30.969.378	75.592.983	57.669.746	70.448.052	77.427.112	70.959.597
Créditos vinculados		59	40	35	238.286	104.918	334.319
Repasses interfinanceiros	8	31.015.459	75.680.880	57.768.886	70.614.502	77.629.609	71.233.358
Recursos livres		29.159.925	67.550.590	51.470.050	68.758.969	69.499.319	64.934.522
Recursos PIS/PASEP		1.855.534	8.130.290	6.298.836	1.855.533	8.130.290	6.298.836
Provisão para risco de crédito		(46.140)	(87.937)	(99.175)	(166.509)	(202.537)	(283.796)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	55.450.526	42.283.349	36.514.994	57.628.487	43.777.511	37.724.647
Operações de crédito		55.986.923	42.582.052	36.780.651	58.175.253	44.082.414	38.000.369
Recursos livres		54.026.178	40.442.186	34.904.613	56.214.508	41.942.548	36.124.331
Recursos PIS/PASEP		165.712	270.408	290.907	165.712	270.408	290.907
Recursos Fundo da Marinha Mercante		1.795.033	1.869.458	1.585.131	1.795.033	1.869.458	1.585.131
Provisão para risco de crédito		(536.397)	(298.703)	(265.657)	(546.766)	(304.903)	(275.722)
OUTROS CRÉDITOS		1.311.499	2.184.338	3.381.676	2.821.919	2.679.451	3.687.381
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	238.286	104.918	334.319
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	(2.879)	(652)	(1.959)
Direitos recebíveis	10	1.497	1.637	1.639	24.942	2.977	3.019
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(55)	(86)	(107)	(23.488)	(956)	(338)
Créditos tributários	21.2	416.588	499.483	394.277	912.957	1.256.977	690.482
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	21.1	1.362	10.141	27.552	517.325	233.594	116.999
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		319.366	937.999	724.103	260.970	353.473	277.641
Devedores por depósito em garantia		112.218	77.823	136.897	123.436	89.220	152.394
Pagamentos a ressarcir		175.132	130.689	73.321	21.510	11.191	13.846
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	-	-	1.543.394	-	-	1.543.394
Diversos		285.391	526.652	480.600	748.860	628.709	557.584
OUTROS VALORES E BENS	11	2.163.699	1.566.985	1.303.311	2.164.700	1.567.986	1.305.740
Outros valores e bens		2.473	3.253	12.206	3.471	4.252	13.205
Despesas antecipadas		2.161.226	1.563.732	1.291.105	2.161.229	1.563.734	1.292.535
ATIVO NÃO CIRCULANTE		748.741.526	695.264.738	636.703.932	709.857.941	695.821.324	634.993.162
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		674.962.389	618.109.680	550.179.791	695.364.685	679.306.489	618.899.878
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	47.197.244	54.379.595	60.711.282	90.830.423	103.937.825	127.998.998
Ações	7.1 e 13.1	8.107.046	9.514.689	15.364.940	36.228.288	45.031.046	69.531.321
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	3.391.475	2.849.562	2.326.529	9.915.909	10.493.367	10.218.270
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	2.935.839	2.765.850	2.904.832	8.958.909	6.383.422	5.719.238
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(16.231)	(9.608)	(8.289)	(143.610)	(202.782)	(68.686)
Títulos públicos	7.1	32.637.977	39.146.102	40.089.367	32.637.977	39.146.102	40.096.863
Títulos de renda fixa no exterior	7.1	128.173	113.000	-	401.721	213.605	-
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	12.965	-	33.903	-	-	33.903
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	-	1.015.792	931.774	446.955
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.4	-	-	-	1.802.472	1.941.291	2.021.134
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8	272.200.057	250.904.305	228.008.927	222.849.646	233.088.740	208.220.411
Repasse interfinanceiros		272.605.600	251.196.179	228.401.034	223.550.269	233.685.563	209.060.526
Recursos livres		241.060.748	226.333.267	201.979.339	192.005.416	208.822.651	182.638.831
Recursos PIS/PASEP		31.544.852	24.862.912	26.421.695	31.544.853	24.862.912	26.421.695
Provisão para risco de crédito		(405.543)	(291.874)	(392.107)	(700.623)	(596.823)	(840.115)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	332.457.742	288.807.292	242.089.660	344.451.816	296.913.375	248.337.879
Operações de crédito		335.673.747	290.847.517	243.850.934	347.724.923	298.987.238	250.151.140
Recursos livres		315.609.965	277.346.221	231.655.425	327.661.141	285.485.942	237.955.631
Recursos PIS/PASEP		152.472	323.540	598.231	152.472	323.540	598.231
Recursos Fundo Marinha Mercante		19.911.310	13.177.756	11.597.278	19.911.310	13.177.756	11.597.278
Provisão para risco de crédito		(3.216.005)	(2.040.225)	(1.761.274)	(3.273.107)	(2.073.863)	(1.813.261)
OUTROS CRÉDITOS		23.107.346	24.018.488	19.369.922	37.232.800	45.366.549	34.342.590
Créditos tributários	21.2	11.518.149	7.995.580	6.130.433	20.051.389	10.459.788	8.949.618
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	463.137	576.484	486.488
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	(5.595)	(3.581)	(2.851)
Direitos recebíveis	10	9.676	11.048	12.626	76.567	11.206	13.714
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(352)	(581)	(822)	(67.211)	(684)	(1.004)
Créditos perante o Tesouro Nacional	9.2	3.543.329	8.641.828	6.472.410	7.834.177	26.162.841	17.482.277
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	7.847.347	7.182.376	6.566.773	7.847.347	7.182.376	6.566.773
Incentivos fiscais		189.197	188.237	188.502	427.330	429.250	429.616
Devedores por depósitos em garantia		-	-	-	605.659	548.869	417.959
INVESTIMENTOS	13	73.644.298	77.031.011	86.395.249	14.356.916	16.388.430	15.961.785
Participações em controladas e coligadas	13.2	73.502.152	76.888.865	86.253.103	14.214.770	16.246.283	15.819.638
Participações em outras empresas	13.2.3	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	13.2.4	42.146	42.146	42.146	42.146	42.147	42.147
IMOBILIZADO DE USO		111.005	91.684	96.484	112.506	94.042	99.091
INTANGÍVEL		23.834	32.363	32.408			

Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
	2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014
PASSIVO CIRCULANTE	46.321.567	47.513.097	43.840.877	41.839.179	50.453.743	48.164.580
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS	1.777.233	1.938.534	2.215.353	1.777.233	1.938.534	2.215.353
Depósitos especiais - FAT	1.776.908	1.938.209	2.215.043	1.776.908	1.938.209	2.215.043
Diversos	325	325	310	325	325	310
CAPTAÇÕES NO MERCADO	6.906.514	23.713.037	18.013.555	-	23.082.529	18.013.555
Obrigações por operações compromissadas	6.906.514	23.713.037	18.013.555	-	23.082.529	18.013.555
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	937	118	4.974	937	118	4.974
Recursos em trânsito de terceiros	937	118	4.974	937	118	4.974
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	4.280.794	1.800.177	852.882	5.425.438	2.767.480	2.986.881
Debêntures	546.941	547.954	585.150	1.691.585	1.515.257	2.719.149
Letras de Crédito do Agronegócio	3.733.853	1.252.223	267.732	3.733.853	1.252.223	267.732
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	14.727.510	7.503.160	9.669.060	14.721.389	8.249.744	10.346.525
Empréstimos no país	430.087	403.523	388.404	430.087	403.523	388.404
Empréstimos no exterior	7.262.614	372.471	190.309	7.256.493	367.764	190.039
Empréstimos sindicalizados e outros	1.966.027	6.537	2.072	1.967.058	6.537	2.072
Bônus	5.296.587	365.934	187.967	5.289.435	361.227	187.967
Repasse no país	4.552.476	4.990.493	6.304.595	4.552.476	5.741.784	6.982.060
Tesouro Nacional	2.835.676	3.191.374	4.784.677	2.835.676	3.942.665	5.462.142
Fundo da Marinha Mercante	1.710.838	1.792.288	1.513.498	1.710.838	1.792.288	1.513.498
Outros	5.962	6.831	6.420	5.962	6.831	6.420
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	2.482.333	1.736.673	2.786.022	2.482.333	1.736.673	2.786.022
OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.372.303	8.514.825	8.450.391	14.657.906	10.372.092	9.962.630
Fundos financeiros e de desenvolvimento	7.307.206	5.770.102	5.274.834	7.334.082	5.796.969	5.297.645
Fundo PIS/PASEP	2.233.690	1.820.884	1.815.329	2.233.690	1.820.884	1.815.329
Outros	5.073.516	3.949.218	3.459.505	5.100.392	3.976.085	3.482.316
Impostos e contribuições sobre o lucro	3.444.042	490.480	433.413	4.260.218	1.460.621	861.721
Outros impostos e contribuições	404.837	140.184	136.719	454.418	190.191	165.337
Provisões trabalhistas e cíveis	190	16	164	1.168	1.231	1.280
Passivo atuarial - FAPES	43.687	34.496	30.104	58.282	46.026	40.171
Vinculadas ao Tesouro Nacional	122	18.673	12.720	5.177	209.500	150.864
Impostos e contribuições diferidos	2.794	3.701	199.756	160.091	11.056	301.601
Passivo atuarial - FAMS	28.176	20.970	19.760	43.277	32.792	31.206
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	554.798	173.538	174.054	554.798	173.538	174.107
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	-	-	-	111.810
Obrigações por depósitos a apropriar	78.584	620.081	800.866	108.665	759.011	800.750
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	96.000	321.001	479.847
Diversas	1.507.867	1.242.584	1.368.001	1.581.730	1.370.156	1.546.291
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	-	-	890.629	-	-	890.629
Secretaria do Tesouro Nacional	-	-	890.629	-	-	890.629
DÍVIDAS SUBORDINADAS	5.256.276	4.043.246	3.744.033	5.256.276	4.043.246	3.744.033
FAT constitucional	5.256.276	4.043.246	3.744.033	5.256.276	4.043.246	3.744.033
Outras dívidas subordinadas	5.256.276	4.043.246	3.744.033	5.256.276	4.043.246	3.744.033
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	848.543.502	793.159.589	673.486.082	857.743.423	796.028.116	688.253.738
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS	13.036.632	14.869.830	17.338.345	13.036.632	14.869.830	17.338.345
Depósitos especiais - FAT	13.036.632	14.869.830	17.338.345	13.036.632	14.869.830	17.338.345
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	6.348.296	9.542.897	4.545.832	8.757.948	7.281.434	8.323.229
Debêntures	3.583.665	9.415.326	4.545.832	5.993.317	7.153.863	8.323.229
Letras de Crédito do Agronegócio	2.764.631	127.571	-	2.764.631	127.571	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	556.131.446	522.570.467	436.055.072	556.156.816	524.103.214	438.087.465
Empréstimos no país	4.602.007	4.560.917	4.774.878	4.602.007	4.560.917	4.774.878
Empréstimos no exterior	24.143.544	24.526.366	16.503.649	24.168.914	24.556.532	16.503.649
Empréstimos sindicalizados e outros	776.240	2.124.960	702.780	1.165.115	2.391.241	702.780
Bônus	23.367.304	22.401.406	15.800.869	23.003.799	22.165.291	15.800.869
Repasse no país	504.751.036	478.864.067	403.045.555	504.751.036	480.366.648	405.077.948
Tesouro Nacional	484.288.717	465.230.985	390.990.134	484.288.717	466.733.566	393.022.527
Fundo da Marinha Mercante	20.460.437	13.625.407	12.041.081	20.460.437	13.625.407	12.041.081
Outros	1.882	7.675	14.340	1.882	7.675	14.340
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	22.634.859	14.619.117	11.730.990	22.634.859	14.619.117	11.730.990
OUTRAS OBRIGAÇÕES	35.819.187	36.028.865	33.856.063	42.584.085	39.626.108	42.813.929
Fundos financeiros e de desenvolvimento	31.643.964	31.868.317	31.885.311	31.643.964	31.868.317	31.885.311
Fundo PIS/PASEP	31.498.570	31.795.957	31.818.477	31.498.570	31.795.957	31.818.477
Outros	145.394	72.360	66.834	145.394	72.360	66.834
Passivo atuarial - FAPES	1.286.202	1.934.113	678.787	1.618.046	2.419.077	850.777
Provisões trabalhistas e cíveis	47.763	26.696	149.946	1.142.878	960.656	764.324
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	1.613.357	720.624	160.031	1.613.357	720.624	160.031
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	-	1.587.177	1.416.767	1.446.612
Passivo atuarial - FAMS	1.146.569	1.243.418	942.211	1.403.997	1.501.760	1.174.316
Impostos e contribuições diferidos	80.176	235.697	39.777	3.550.898	701.303	6.390.341
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	22.612	37.604	142.217
Diversas	1.156	-	-	1.156	-	-
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	-	-	13.787.365	-	-	13.787.365
Secretaria do Tesouro Nacional	-	-	13.787.365	-	-	13.787.365
Outros instrumentos híbridos de capital e dívida	-	-	1.759.310	-	-	1.759.310
Elegível a capital	-	-	12.028.055	-	-	12.028.055
DÍVIDAS SUBORDINADAS	200.595.043	174.608.554	152.903.405	200.595.044	174.608.554	152.903.405
FAT Constitucional	200.595.043	174.608.554	152.903.405	200.595.044	174.608.554	152.903.405
Outras dívidas subordinadas	167.778.312	141.577.359	116.680.244	168.929.479	141.991.565	116.680.244
Elegível a capital	32.816.731	33.031.195	36.223.161	31.665.565	31.616.989	36.223.161
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	36.612.898	35.538.976	15.000.000	36.612.898	35.538.976	15.000.000
Secretaria do Tesouro Nacional	36.612.898	35.538.976	15.000.000	36.612.898	35.538.976	15.000.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.993.287	30.737.492	45.626.150	30.993.287	30.737.492	45.626.150
Capital social	36.340.506	36.340.506	36.340.506	36.340.506	36.340.506	36.340.506
Reservas de lucros	6.938.284	5.525.599	6.133.287	6.938.284	5.525.599	6.133.287
Reserva legal	2.849.813	2.539.887	2.110.201	2.849.813	2.539.887	2.110.201
Reserva de incentivos fiscais	201.355	201.355	201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital	2.107.894	1.224.604	1.144.426	2.107.894	1.224.604	1.144.426
Reserva para margem operacional	1.779.222	1.559.753	2.677.305	1.779.222	1.559.753	2.677.305
Ajustes de avaliação patrimonial	(12.285.503)	(11.128.613)	3.152.357	(12.285.503)	(11.128.613)	3.152.357
De ativos próprios	(12.986.468)	(9.597.053)	(6.793.967)	(12.986.468)	(9.597.053)	(6.793.967)
De ativos de coligadas e controladas	700.965	(1.531.560)	9.946.324	700.965	(1.531.560)	9.946.324
TOTAL DO PASSIVO	925.858.356	871.410.178	762.953.109	930.575.889	877.219.351	782.044.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	BNDES			Consolidado		
	2º semestre de 2015	Exercícios 2015	2014	2º semestre de 2015	Exercícios 2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	56.722.691	99.244.441	54.171.899	59.802.200	105.342.422	58.801.576
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	-	-	-
. Moeda nacional	21.025.148	39.462.466	30.437.256	18.442.607	34.570.427	27.095.582
. Moeda estrangeira	27.272.018	43.266.844	13.531.558	27.588.229	43.899.535	18.833.405
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	6.106.462	12.195.030	7.473.920	6.827.650	13.700.968	8.631.836
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.922.161	3.499.269	2.171.318	6.546.812	12.350.660	8.682.906
Rendas com administração de fundos e programas	396.902	820.832	557.847	396.902	820.832	557.847
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(49.604.838)	(84.816.607)	(43.438.419)	(50.401.723)	(86.651.637)	(45.417.552)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	-	-
. Moeda nacional	(24.996.501)	(44.893.341)	(31.230.788)	(25.822.610)	(46.663.262)	(33.274.284)
. Moeda estrangeira	(26.266.310)	(41.093.112)	(11.446.339)	(26.204.750)	(40.980.417)	(11.414.691)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	2.339.807	1.956.034	(681.057)	2.339.807	1.956.034	(683.947)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(746)	(2.138)	(10.963)	(10.105)	(26.131)	(77.032)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	(978.112)	(1.340.494)	(167.501)	(988.302)	(1.468.399)	(64.796)
Reversão (constituição) de provisão	(1.267.480)	(1.809.086)	(799.277)	(1.285.637)	(1.947.053)	(736.847)
Recuperação de créditos baixados	289.368	468.592	631.776	297.335	478.654	672.051
Resultado da carteira de câmbio	297.024	556.444	98.229	284.237	530.538	97.198

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 31 de dezembro de 2014	36.340.506	35.538.976	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	66.276.468
Ajustes (Nota 4.16)	-	(35.538.976)	-	-	-	-	-	-	-	(35.538.976)
Em 1º de janeiro de 2015	36.340.506	-	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	30.737.492
Reversão de reserva de margem operacional	-	-	-	-	-	(1.443.493)	-	-	1.443.493	-
Dividendos complementares - exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.443.493)	(1.443.493)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(3.389.415)	2.232.525	-	(1.156.890)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.198.526	6.198.526
Destinação do resultado (Nota 26):										
. Reserva legal	-	-	309.926	-	-	-	-	-	(309.926)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	883.290	-	-	-	(883.290)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	1.662.962	-	-	(1.662.962)	-
. Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.389.459)	(2.389.459)
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(952.889)	(952.889)
Em 31 de dezembro de 2015	36.340.506	-	2.849.813	201.355	2.107.894	1.779.222	(12.986.468)	700.965	-	30.993.287
Mutações no exercício	-	-	309.926	-	883.290	219.469	(3.389.415)	2.232.525	-	255.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de julho de 2015	36.340.506	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(7.585.395)	233.328	3.514.568	38.028.606
Reversão de reserva de margem operacional	-	-	-	-	(1.443.493)	-	-	1.443.493	-
Dividendos complementares - 2014	-	-	-	-	-	-	-	(1.443.493)	(1.443.493)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(5.401.073)	467.637	-	(4.933.436)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	2.683.958	2.683.958
Destinação do resultado (Nota 26):									
. Reserva legal	-	309.926	-	-	-	-	-	(309.926)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	883.290	-	-	-	(883.290)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	1.662.962	-	-	(1.662.962)	-
. Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(2.389.459)	(2.389.459)
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(952.889)	(952.889)
Em 31 de dezembro de 2015	36.340.506	2.849.813	201.355	2.107.894	1.779.222	(12.986.468)	700.965	-	30.993.287
Mutações no semestre	-	309.926	-	883.290	219.469	(5.401.073)	467.637	(3.514.568)	(7.035.319)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2013	36.340.506	15.000.000	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	60.626.150
Ajuste (Nota 4.16)	-	(15.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	(15.000.000)
Em 1º de janeiro de 2014	36.340.506	-	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	45.626.150
Reversão de reserva de margem operacional	-	-	-	-	-	(2.677.305)	-	-	2.677.305	-
Reversão de reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	(1.144.426)	-	-	-	1.144.426	-
Dividendos complementares - exercício 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.821.731)	(3.821.731)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(2.803.086)	(11.477.884)	-	(14.280.970)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.593.714	8.593.714
Destinação do resultado (Nota 26):										
. Reserva legal	-	-	429.686	-	-	-	-	-	(429.686)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.224.604	-	-	-	(1.224.604)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	1.559.753	-	-	(1.559.753)	-
. Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.679)	(983.679)
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.395.992)	(4.395.992)
Em 31 de dezembro de 2014	36.340.506	-	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	30.737.492
Mutações no exercício	-	(15.000.000)	429.686	-	80.178	(1.117.552)	(2.803.086)	(11.477.884)	-	(29.888.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2015	Exercícios		2º semestre de 2015	Exercícios	
		2015	2014		2015	2014
Atividades operacionais						
Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação no lucro do semestre / exercício	3.387.825	9.614.926	11.692.640	2.000.919	9.768.354	13.226.143
Ajustes que não afetam as disponibilidades	4.566.020	5.498.054	(2.862.846)	8.582.325	10.871.886	3.563.028
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito e recuperação de créditos baixados	978.112	1.340.494	167.501	988.301	1.468.398	64.795
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	20.749	24.480	60.005	166.837	191.326	379.696
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	3.231.199	3.231.199	-	8.580.923	9.736.241	2.814.424
Resultado de participações em coligadas e controladas	(547.420)	(620.579)	(3.938.713)	(1.092.705)	(1.310.374)	(764.570)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	-	-	-	35.392	294.586	181.173
Ajuste ao valor justo de títulos de investimentos	-	-	-	(933.755)	(933.755)	-
Depreciação	9.925	20.835	25.194	15.563	32.581	39.949
Juros e atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio	873.455	1.501.625	823.167	821.769	1.392.883	847.561
Varição de ativos e obrigações	(72.737)	(11.407.105)	(28.236.364)	(4.198.405)	(20.273.088)	(28.662.921)
. (Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento	(13.805.179)	(34.829.016)	(93.470.785)	(28.796.382)	(45.655.443)	(85.890.171)
. (Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	(511.368)	(4.292.782)	(23.160.240)	1.387.801	(4.661.689)	(21.946.915)
. (Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	3.356.181	3.630.031	(1.573.512)	17.915.707	16.841.648	(8.340.439)
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	23.264.389	50.761.863	96.472.631	23.072.573	48.638.434	96.147.521
. Aumento / (diminuição) líquido de instrumento híbrido de capital	-	-	860.982	-	-	860.982
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(8.229.917)	(16.806.523)	5.699.482	(11.220.014)	(23.082.530)	5.068.974
. Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	(815.008)	(391.197)	(2.798.919)	(1.009.825)	(1.188.036)	(3.368.077)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(2.483.522)	(7.589.864)	(6.644.863)	(4.282.919)	(7.726.507)	(6.746.223)
. IR e CSLL pagos	(848.313)	(1.889.617)	(3.621.140)	(1.265.346)	(3.438.965)	(4.448.573)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	7.881.108	3.705.875	(19.406.570)	6.384.839	367.152	(11.873.750)
Atividades de investimentos						
. Aumento de capital BNDES PLC	-	-	(169.773)	-	-	-
. Adições ao imobilizado	(32.722)	(38.525)	(15.388)	(32.722)	(38.525)	(16.329)
. Adições ao intangível	(4.983)	(4.983)	(18.526)	(4.983)	(4.983)	(18.526)
. Baixas do imobilizado	505	662	-	378	992	-
. Compra de investimentos	-	-	-	(97.949)	(266.586)	(699.938)
. Venda de investimentos	-	-	-	759.530	1.550.926	485.629
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	3.343.056	3.343.056	1.836.051	676.815	946.307	385.911
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	3.305.856	3.300.210	1.632.364	1.301.069	2.188.131	136.747
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	15.189.574	27.199.519	22.004.362	15.189.574	27.199.519	22.004.362
. Pagamento de juros sobre capital próprio	(2.386.950)	(2.386.950)	(931.515)	(2.386.950)	(2.386.950)	(931.515)
. Pagamento de dividendos	(2.585.048)	(2.585.048)	(3.153.689)	(2.585.048)	(2.585.048)	(3.153.689)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	3.223.956	5.973.808	1.348.226	3.223.956	5.973.808	1.348.226
. Captações por emissão de debêntures	-	-	4.924.477	-	-	-
. Amortização das obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.363.472)	(1.363.472)	(291.821)	(1.363.472)	(1.363.472)	(291.821)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(6.427.396)	(6.825.946)	(859.688)	(460.118)	(1.868.747)	(3.165.160)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	5.650.664	20.011.911	23.040.352	11.617.942	24.969.110	15.810.403
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.837.628	27.017.996	5.266.146	19.303.850	27.524.393	4.073.400
Modificação na posição financeira						
Início do semestre/exercício						
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	15.775.592	5.595.224	329.078	16.099.496	7.878.953	3.805.553
Final do semestre/exercício						
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	32.613.220	32.613.220	5.595.224	35.403.346	35.403.346	7.878.953
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.837.628	27.017.996	5.266.146	19.303.850	27.524.393	4.073.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES						CONSOLIDADO					
	2º semestre de 2015	Exercícios		2º semestre de 2015	Exercícios		2º semestre de 2015	Exercícios		2º semestre de 2015	Exercícios	
		2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014
RECEITAS	56.402.605	98.918.163	55.102.156	61.109.842	107.489.076	61.659.018						
Intermediação financeira	56.865.952	99.356.330	54.171.898	59.945.461	105.454.311	58.801.576						
Outras receitas	514.765	902.327	1.097.759	2.152.682	3.503.163	2.922.237						
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	(978.112)	(1.340.494)	(167.501)	(988.301)	(1.468.398)	(64.795)						
DESPESAS	(49.117.773)	(84.405.515)	(44.322.401)	(50.098.371)	(86.627.148)	(46.810.692)						
Intermediação financeira	(48.769.987)	(83.588.002)	(43.270.919)	(49.556.681)	(85.295.129)	(45.352.756)						
Outras despesas	(347.786)	(817.513)	(1.051.482)	(541.690)	(1.332.019)	(1.457.936)						
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.379.918)	(3.511.865)	(1.994.051)	(8.825.384)	(10.127.338)	(3.188.646)						
Materiais, energia e outros	(39.051)	(64.409)	(58.803)	(47.396)	(80.509)	(75.694)						
Serviços de terceiros	(109.668)	(216.257)	(210.523)	(159.673)	(310.587)	(298.724)						
Perda de valores ativos	(3.231.199)	(3.231.199)	(1.724.725)	(8.618.315)	(9.736.242)	(2.814.228)						
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.904.914	11.000.783	8.785.704	2.186.087	10.734.590	11.659.680						
RETENÇÕES	(9.925)	(20.835)	(25.194)	(15.563)	(32.581)	(39.159)						
Depreciação	(9.925)	(20.835)	(25.194)	(15.563)	(32.581)	(39.159)						
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	3.894.989	10.979.948	8.760.510	2.170.524	10.702.009	11.620.521						
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	547.420	622.368	4.537.754	1.367.137	1.922.559	4.036.919						
Resultado de equivalência patrimonial	547.420	620.579	3.938.713	1.092.706	1.310.375	764.570						
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	1.789	599.041	274.431	612.184	3.272.349						
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.442.409	11.602.316	13.298.264	3.537.661	12.624.568	15.657.440						
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.442.409	11.602.316	13.298.264	3.537.661	12.624.568	15.657.440						
Pessoal e encargos	484.793	915.741	788.818	743.235	1.403.149	1.208.655	21,0%	11,1%	7,7%			
- Remuneração direta	308.771	605.450	518.562	472.535	926.097	793.781						
- Benefícios	153.235	265.618	228.951	235.643	408.324	351.329						
- FGTS	22.539	44.257	40.011	34.676	68.088	61.555						
- Outros	248	416	1.294	381	640	1.990						
Impostos, taxas e contribuições	1.056.101	4.247.343	3.709.437	(224.875)	4.651.435	5.536.853	-6,4%	36,8%	35,4%			
- Federais	1.045.416	4.223.558	3.693.001	(235.746)	4.624.152	5.517.126						
- Estaduais	-	18	17	-	28	26						
- Municipais	10.685	23.767	16.419	10.871	27.255	19.701						
Aluguéis	23.814	46.963	49.961	37.277	73.392	77.702	1,1%	0,6%	0,5%			
Participação no lucro	193.743	193.743	156.335	298.066	298.066	240.516	8,4%	2,4%	1,5%			
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.342.348	3.342.348	5.379.671	3.342.348	3.342.348	5.379.671	94,5%	26,5%	34,4%			
Lucros retidos	(658.390)	2.856.178	3.214.042	(658.390)	2.856.178	3.214.043	-18,6%	22,6%	20,5%			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando de Magalhães Furlan – Presidente
Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente
Vagner Freitas de Moraes
José Constantino de Bastos Junior
José Eduardo Martins Cardozo
José Aldo Rebelo Figueiredo
Francisco Gaetani
Miguel Soldatelli Rossetto
Dyogo Henrique de Oliveira
Mauro Luiz Lecker Vieira
William George Lopes Saab

CONSELHO FISCAL:

Marco Antônio de Oliveira
Jaime Silva Herzog
Paulo Fontoura Valle
Francisco Arruda Vieira de Melo Filho – Suplente
Hailton Madureira de Almeida – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

Eustáquio Coelho Lott
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Luciano Galvão Coutinho – Presidente
Wagner Bittencourt de Oliveira – Vice-Presidente
Roberto Zurli Machado
Maurício Borges Lemos
Julio César Maciel Ramundo
José Henrique Paim Fernandes
Fernando Marques dos Santos
João Carlos Ferraz

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

Selmo Aronovich

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registrou na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, desvalorização de investimentos em ações ordinárias e preferenciais de três emissores (um emissor em 2014), com base no valor de mercado dessas ações, as quais estão classificadas na categoria disponível para venda. Do total dessa desvalorização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou parte desta desvalorização como perdas de caráter permanente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, das quais, o montante líquido dos respectivos efeitos tributários de R\$ 2,7 bilhões (R\$ 1,6 bilhão em 2014) foi mantido no patrimônio líquido, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no

resultado do período em que ocorrerem. Consequentemente, o lucro líquido, relativo ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, estão apresentados a maior em R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2,7 bilhões, respectivamente (R\$ 1,6 bilhão para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014), todos esses montantes líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa 4.16, a Administração do Banco efetuou a reclassificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida, do patrimônio líquido para o passivo para fins de apresentação das demonstrações financeiras, conforme exigências da Resolução CMN nº 4.192/13 e do Ofício BCB/Desup nº 6323/2015, de 29 de abril de 2015. Os valores correspondentes individuais e consolidados referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2014 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013) e em 31 de dezembro de 2014 e à demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles períodos, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes Lino Martins da Silva Junior
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ 083314/O-7



PARECER N.º 01 / 2016 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2015 e, com base em seu exame e nas informações disponíveis, assim como no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 14/3/16, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31/12/15, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto nos casos abrangidos pela Resolução CMN nº 4.175/2015.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta da Diretoria de destinação do lucro do exercício (R\$ 6.198.526.256,38) já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 309.926.312,82 (trezentos e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil, trezentos e doze reais e oitenta e dois centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- 25%, após constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.472.149.985,89 (um bilhão, quatrocentos e setenta e dois milhões, cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e nove centavos), integralmente pagos ao longo do exercício de 2015 na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP;
- 15%, após constituição da Reserva Legal, no valor de R\$ 883.289.991,53 (oitocentos e oitenta e três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital;

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, é composto por três membros, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Em 13 de agosto de 2015, o Conselho de Administração do BNDES, por meio de sua Decisão CA 16/2015, destituiu, a pedido, um dos membros do Comitê, designando, no mesmo ato, seu substituto, que tomou posse na reunião de 09 de novembro de 2015.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2015, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretária executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras International Financial Reporting Standards (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura de gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap), conforme previsto na Resolução BACEN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;
- acompanhamento dos estudos relacionados ao Patrimônio de Referência e das variáveis e políticas, como a distribuição de dividendos, que afetam esse Patrimônio, bem como os riscos de não cumprimento do cronograma de enquadramento ao limite de exposição por cliente, em particular da Petrobrás, nos termos da Resolução CMN nº 4.430/15;
- avaliação de riscos relacionados a operações de financiamento de bens e serviços no exterior;
- acompanhamento do atendimento às demandas formuladas, pela Câmara dos Deputados, no âmbito de Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve por objeto o BNDES, instalada em agosto de 2015 e encerrada em fevereiro de 2016; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da KPMG, empresa que presta serviços de auditoria independente para o Sistema BNDES. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A – BNDESPar e a Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações do exercício de 2014, como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2015.

Desde 2010, a BNDESPar apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do International Financial Reporting Standards – IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do International Financial Reporting Standards – IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobrás, do Grupo Vale e da Eletrobrás.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida das variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R\$ 43,3 bilhões) e no PL (R\$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No exercício de 2015, esta carteira sofreu uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões acompanhando as cotações da Bolsa de valores, contribuindo assim, para uma redução de R\$ 5,2 bilhões, líquidos dos efeitos tributários, no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

- R\$ 1.870.197.969,96 (um bilhão, oitocentos e setenta milhões, cento e noventa e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos) a título de dividendos complementares, dos quais R\$ 917.308.665,47 (novecentos e dezessete milhões, trezentos e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP, integralmente pagos ao longo do exercício de 2015, com base no balanço encerrado em 30/6/15; e
- R\$ 1.662.961.996,18 (um bilhão, seiscentos e sessenta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

O Conselho entende que a proposição da Diretoria apresenta-se adequada em face da atual estrutura de capital da empresa, estando em condições de ser submetida ao Conselho de Administração do BNDES.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de março de 2016

Marco Antonio de Oliveira

Jaime Silva Herzog

Vinícius Mendonça Neiva

O parecer da KPMG, relativo ao exercício de 2015, foi emitido com ressalva, decorrente do disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 4.175/12. A Resolução excepcionaliza o tratamento contábil relativo ao ajuste a valor de mercado, impairment, das ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União, para aumento de capital, e classificadas na categoria "Disponível para Venda".

Segundo referida Resolução, aquele ajuste deve ser apresentado em conta destacada no Patrimônio Líquido, denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial", incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo Resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência desses títulos.

Por outro lado, as práticas contábeis, adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que têm por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no Resultado do período em que ocorrerem.

Nas demonstrações de 31 de dezembro de 2015 foi registrado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, um ajuste negativo no montante de R\$ 2,7 bilhões líquido de efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em investimentos relativos a três emissores, cujas ações estão classificadas na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. No exercício de 2014 esse valor foi de R\$ 1,6 bilhão e correspondeu a ajuste no investimento de um único emissor. Dessa forma, caso a referida Resolução não fosse aplicada, os valores de que se trata transitariam pelas contas de Resultado, e o Lucro Líquido de 2015 e 2014 estaria reduzido em R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

No exercício de 2015 destacam-se os seguintes aspectos:

- Ativo Total do Sistema BNDES de R\$ 930,5 bilhões, composto por R\$ 695,4 bilhões (74,7%) em Operações de Créditos e Repasses, R\$ 143,0 bilhões (15,4%) em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 92,1 bilhões (9,9%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R\$ 30,9 bilhões, corresponde a 3,3% do Ativo Total. O Resultado Líquido do exercício foi de R\$ 6,2 bilhões, o que equivale a um retorno de 0,67% do Ativo Total Médio e a 15,37% do Patrimônio Líquido Médio;
- No exercício de 2015 não houve captação de recursos junto ao Tesouro Nacional, sendo que no período de 2008 a 2014 foram captados R\$ 438,5 bilhões.
- Os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal, que até dezembro de 2014 eram apresentados no Patrimônio Líquido, foram reclassificados, apenas para efeito de apresentação, para um item do Passivo, conforme determinado pelo Ofício BCB/Desup nº 6323/2015, de 29 de abril de 2015. Dessa forma, tornou-se necessário alterar as demonstrações financeiras de períodos anteriores para fins de comparação com os exercícios atuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido - PL correspondia, originalmente a R\$ 66,2 bilhões. Na versão modificada, para fins de comparabilidade, o PL passa a ser de R\$ 30,7 bilhões, e a diferença, no valor de R\$ 35,5 bilhões, correspondente aos "Instrumentos de Dívida Elegíveis ao Capital Principal", foi incorporada ao Passivo, que, no consolidado do Sistema, passou de R\$ 810,9 bilhões para R\$ 846,4.
- Pagamento de remuneração ao acionista no valor de R\$ 4,8 bilhões, dos quais R\$ 3,3 bilhões a título de dividendos intermediários sobre o lucro apurado no balanço de 30/06/2015 e R\$ 1,4 bilhão a título de dividendos complementares relativos ao lucro apurado no exercício de 2014. Adicionalmente, foi paga a remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal - IIECP, referente ao exercício de 2014, no valor de R\$ 1,0 bilhão. Esses pagamentos, líquidos dos efeitos tributários (quando aplicáveis), tiveram impacto negativo sobre o Capital regulatório do BNDES da ordem de R\$ 6,7 bilhões e, consequentemente, sobre o limite de exposição por cliente, o que agravou a situação de excesso de exposição em relação à Petrobras e Vale.
- Registro de perdas por impairment na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R\$ 9,1 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, correspondem a R\$ 5,7 bilhões. Desse último total, R\$ 4,5 bilhões são decorrentes de investimentos na Petrobras.
- Receita com dividendos e Juros sobre o capital próprio de R\$ 0,6 bilhão.
- Resultado com alienação de investimentos no valor de R\$ 1,6 bilhão, com destaque para JBS, KLABIN, SUZANO e FIBRIA, que contribuíram com 93,7% do resultado com alienação.
- Recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R\$ 30,6 bilhões, sendo R\$ 8,6 bilhões pelo BNDES e R\$ 22,0 bilhões pela Finame;
- O BNDES negociou com o Tesouro Nacional a liquidação antecipada de dívidas no montante de R\$ 28,3 bilhões, visando a redução do seu endividamento com a União. Deste montante, R\$ 15,8 bilhões foram pagos em dezembro de 2015 e o restante em janeiro de 2016.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 99,4% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,4% no Sistema Financeiro Nacional. Importa ressaltar que, no exercício de 2015, houve um registro de despesa com provisão no valor de R\$ 1,5 bilhão pulverizado em diversas empresas, acompanhando o crescimento da carteira. O BNDES é conservador no seu processo de classificação de risco. Em 31/12/2015 a provisão para risco de crédito representava 10,9 vezes o total dos créditos inadimplentes, contra uma média do SFN de 1,7 vezes.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: Índice de Basileia de 14,7% (contra 15,9%, 18,7%, 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2014, 2013, 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 2,4% quando o teto máximo é de 30%; Índice de Exposição ao Setor Público de 28,3% (26,2%, 17,5%, 21,2% e 16,3% em dezembro de 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 15,3% sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2016.

Paulo Roberto Vales de Souza
Coordenador

Attilio Guaspari
Membro

Eustáquio Coelho Lott
Membro